



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**João Pedro Pereira de Queiroz**

**A política de assistência social e as demandas LGBT: um debate sobre o  
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -  
PAEFI.**

Brasília, 2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**João Pedro Pereira de Queiroz**

**A política de assistência social e as demandas LGBT: um debate sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, sob orientação da Profª Drª Camila Potyara Pereira.

Brasília, 2017



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**João Pedro Pereira de Queiroz**

**A política de assistência social e as demandas LGBT: um debate sobre o  
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos -  
PAEFI.**

**Banca Examinadora:**

---

Profª Drª Camila Potyara Pereira  
Orientadora SER/UnB

---

Profª M.ª Priscilla Maia de Andrade  
SER/UnB

---

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza  
Mestrando em Política Social – PPGPS/UnB

*Dedico esta monografia para todas aquelas que deram suas  
vidas na luta, para que hoje pudéssemos ter a liberdade de ser  
quem somos.*

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todas as pessoas envolvidas na confecção desse Trabalho de Conclusão de Curso. Primeiramente ao universo e a Deus por sempre atender minhas preces e me dar forças para seguir em frente, mesmo com todas as adversidades que apareceram durante a realização desse trabalho;

Agradeço aos meus pais, Ana Maria e Clausens Roberto que sempre me apoiam a conquistar os meus sonhos e que me ouviram reclamar por horas sobre o processo de escrita deste trabalho e que ainda leram, incansavelmente, os capítulos dessa obra para identificar possíveis erros;

A minha tia, Vera Lúcia, que por várias vezes me apoiou e me ouviu, dando conselhos sempre certos sobre como achar uma luz no fim do túnel;

A minha irmã, Ana Clara que lia, relia, corrigia, dava opiniões, debatia e me escutava chorar quando parecia que eu não conseguiria escrever. Sem você eu não teria terminado esse trabalho;

Aos meus amigos, Matheus, Welber, Sara, Michele, Camila, Luana, Amanda, Mayara, Lucci, Fernanda, Renata, Ítalo entre tantos outros que me ouviram por horas a fio falando das diversas teorias que eu criava na minha cabeça e das expectativas para esse trabalho;

A Valdenise Barreto, que sempre esteve ao meu lado durante todo o processo de escrita e que sempre debatia e me escutava nas minhas opiniões, como também contribuía com as dela, fortalecendo ainda mais o processo de escrita;

A Luana Mara, Izaura, Edilene, Andreia, Lucilene, Carla, Sonia, César que tanto contribuíram para minha formação profissional e que auxiliaram nos debates acerca do tema durante as horas de estágio;

A Ana Rodrigues, que sempre me confortou quando precisava desabafar sobre algum contratempo que surgia durante a confecção deste trabalho e que ficava animada toda vez que eu dizia que tinha terminado uma parte;

Ao Lucas Badú, que por tanto tempo me ouviu, debateu, deu opiniões sobre temas futuros para pesquisas a partir dessa e que conviveu de perto durante meus períodos de dúvida e loucura. Obrigado por tudo;

Ao CREAS da Diversidade por aceitar ser sujeito de pesquisa e por me receber de forma tão amistosa e calorosa durante a coleta dos dados;

A Professora Camila Potyara, que me aceitou enquanto orientando e que sempre segurou as barras quando eu ficava desesperado, me acalmando e sugerindo os caminhos a seguir, contribuindo e muito para as análises realizadas;

A Professora Priscilla Maia por ter aceito a ideia inicial do trabalho e me orientado na realização do projeto. Como também por ter aceito compor a banca examinadora, contribuindo ainda mais para esse estudo.

Ao Kaic Ribeiro por ter aceito participar da banca examinadora, contribuindo para o aprimoramento desse trabalho.

*“Don’t dream it, be it”*

The Rocky Horror Picture Show

## Resumo

As famílias e pessoas LGBT sofrem estigmas na comunidade em que estão inseridas devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A Política de Assistência Social, ao atender essa parcela da população, precisa conhecer as especificidades dessas pessoas, suas necessidades e demandas por direitos na oferta dos serviços desta Política. Dessa maneira, contribuiria para a diminuição da realidade de violências constantes as quais as pessoas e famílias LGBT estão expostas. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI tem capacidade para trabalhar essas questões, conforme estabelecido nos seus objetivos e diretrizes. Levando em consideração o exposto, esse trabalho tem como objetivo identificar como a oferta do PAEFI, no CREAS da Diversidade do Distrito Federal, aborda a LGBTfobia. Para isso foi realizada visita e entrevista com profissional do CREAS da Diversidade para a coleta dos dados referentes a esse serviço. Foi percebido que a LGBTfobia é trabalhada a partir de uma perspectiva humanizada, com atendimentos a vítimas e famílias das mesmas.

**Palavras chaves:** LGBT, Família LGBT, PAEFI, Assistência Social, CREAS da Diversidade



## Abstract

LGBT families and individuals suffer with the stigma in the community they are based because of their sexual orientation and/or their gender identity. The Social Assistance Policy, in addressing this part of the population, needs to know the specificities of these people, their needs and demands for rights in the provision of the services of this Policy. In this way, it would contribute to reduce the reality of constant violence that LGBT people and families are exposed to. The Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) is able to work on these issues, as set out in its objectives and guidelines. This work aims to identify how the offer of PAEFI, in the CREAS da Diversidade of the Distrito Federal, works with the LGBTophobia. To achieve the proposal, a visit and an interview with a professional was carried out to collect the data related to this service. It was perceived that the LGBTfobia is worked from a humanized perspective, with care for the victims and their families.

**Keywords:** LGBT, LGBT families, PAEFI, Social Assistance, CREAS da Diversidade.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 - Pessoas e Famílias LGBT: uma correlação de forças .....</b>	<b>20</b>
1. As configurações familiares da atualidade: toda forma de amor é válida? .....	22
1.1. As famílias LGBT e suas relações comunitárias.....	26
1.2. Indivíduos LGBT e relações familiares: um contexto agridoce. ....	29
<b>Capítulo 2. A Política de Assistência Social e a demanda de proteção socioassistencial às pessoas e famílias LGBT.....</b>	<b>34</b>
1. A Política de Assistência Social: do assistencialismo ao direito social .....	34
1.1. A Política de Assistência Social antes da Constituição de 1988: O assistencialismo como base de atuação .....	34
1.2. A Política de Assistência Social como direito social .....	36
1.2.1 Os Serviços Socioassistenciais .....	37
1.3 O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. ....	41
2. Proteção Socioassistencial às pessoas e famílias LGBT .....	45
<b>Capítulo 3: O trabalho contra a LGBTfobia: o papel do CREAS da Diversidade no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos LGBT .....</b>	<b>50</b>
1. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Diversidade do Distrito Federal .....	50
2. Famílias e pessoas LGBT no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI. ....	56
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>64</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>74</b>

## Introdução

As famílias LGBT apresentam especificidades na sua formação. Elas são compostas por pessoas que fogem à regra heterocisnormativa imposta pela sociedade. A heterocisnorma ou heterocisnormatividade é um padrão estabelecido pela sociedade. Estabelece que todas as pessoas devem ser heterossexuais e cisgênero. As que não se encaixam nessas categorias são desviantes da norma social estabelecida, sofrendo preconceitos, discriminações e atos de intolerância (MISKOLCI, 2013; PELÚCIO, 2011).

Pocahy, em seu texto “(Micro)políticas *queer*: dissidências em pesquisa” publicado em 2016, traz uma reflexão importante sobre isso.

A hetero/homocisnormatividade como forma de evidenciar os efeitos desses ideais regulatórios de gênero, que estariam associados à suposta naturalidade do corpo (através da linha de inteligibilidade corpo->gênero->sexualidade –uma matriz fundacional) e sua articulação com os privilégios daí decorrentes. Note-se com isso que a cisnormatividade também marcaria posições privilegiadas para aquelas pessoas que, de alguma forma, também poderiam ser consideradas desviantes (agora apenas do ponto de vista da sexualidade – ou “orientação sexual”). Isto é, a cisnormatividade compreende as posições gay e lésbica, igualmente (POCAHY, 2016, p. 13).

Essas regras determinam normas de comportamento que devem ser seguidos pelas pessoas, sendo elas homens ou mulheres. Assim as famílias LGBT, são compostas por diversas variações de orientações sexuais e identidades de gênero, ou seja, são formadas por pessoas cisgênero em relacionamento homoafetivo, por pessoas cis bissexuais, por casais formados por pessoas trans (independendo de sua orientação sexual), entre outras configurações em que as pessoas LGBT formem uma família, tendo filhas ou não.

As pessoas LGBT que estão inseridas em famílias formadas por casais heterossexuais cisgênero também apresentam determinações específicas no que tange o acesso aos direitos. Muitas vezes sofrem preconceitos dentro de suas famílias, sendo que a questão da orientação sexual e identidade de gênero das pessoas LGBT é invisibilizada, o que desrespeita as suas existências como tal (SCHULMAN, 2010).

Pessoas cisgênero (cis) são aquelas pessoas que não são trans. Ela “abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 14). São as pessoas que se identificam com o gênero que lhe é imposto socialmente por causa de seus órgãos genitais. Dessa forma, é uma identidade de gênero, ou seja, “a maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais na condição de homem ou mulher ou, em alguns casos, de uma mescla de ambos, sem que haja nisso uma conexão direta e obrigatória com o sexo biológico” (JESUS, et al., 2008, p. 35).

Essas configurações familiares têm em comum a estigmatização de indivíduos e de suas famílias devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Além disso, são pessoas que estão fragilizadas socialmente por causa de preconceitos decorrentes de classe social, raça e gênero. Em alguns casos, apresentam-se como pessoas que são violentadas dentro do âmbito familiar. Segundo o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil do ano 2013, realizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no ano contemplado pelo relatório, foram registrados 1.695 casos de LGBTfobia pelo disque 100<sup>1</sup>. Desses, 6,6% representam violências cometidas no âmbito familiar. O relatório ainda afirma que, como os dados podem ser informados por terceiros, muitas vezes, os dados acerca do grau de parentesco do agressor com a vítima não são notificados. No ano de 2013, 67,5% não souberam dizer qual o vínculo entre as pessoas. Assim, indivíduos LGBT, como suas famílias, são algumas das usuárias da assistência social, devido à vulnerabilidade em que se encontram (BRASIL, 2004).

O estigma sofrido pelas pessoas LGBT na sociedade atual é de conhecimento das trabalhadoras da Política de Assistência Social comprometidas com o projeto ético-político adotado por suas profissões, principalmente assistentes sociais e

---

<sup>1</sup> O Disque 100 ou Disque Direitos Humanos é um serviço estabelecido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Serve para coletar denúncias de forma anônima sobre violações de Direitos Humanos. “Ele visa atender especialmente as populações consideradas de alta vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBT, pessoas em situação de rua, quilombolas, ciganos, índios e pessoas em privação de liberdade” (Portal Brasil, 2014).

psicólogas. Assim, se faz importante o debate sobre a inclusão de pessoas LGBT nessa política social visando a garantia de seus direitos.

Porém, como fazer isso se o Estado não dá suporte para a inserção dessas pessoas criando medidas de inclusão, como por exemplo, orientações no serviço público para não haver discriminação, inserção de práticas educacionais sobre gênero e sexualidade nas escolas, como também, a promulgação de leis que punam a LGBTfobia como uma forma de combater o preconceito existente? Como garantir a inclusão de pessoas com demandas sociais específicas e que não se assemelham as outras usuárias por causa de características próprias que merecem atenção diferenciada? Como incluir pessoas que são invisíveis perante as leis?

No Distrito Federal, a lei nº 2.615 de 2000 que impõe punições para atos LGBTfóbicos aguarda regulamentação há 17 anos. O movimento LGBT do DF vem exigindo sua regulamentação durante todo esse tempo. Em 2013, houve uma regulamentação da lei, realizada pelo então governador Agnelo Queiroz, mas, após um dia, houve, por pressão dos setores conservadores do governo, a revogação da decisão. Em 2017, estão ocorrendo iniciativas, por parte do movimento LGBT, para dialogar com o atual governador Rodrigo Rollemberg.

A LGBTfobia é qualquer ato de discriminação, preconceito e intolerância contra pessoas LGBT (MELLO, MAROJA e AVELAR, 2009). Para fins didáticos, considera-se necessário fazer uma distinção desses conceitos. A discriminação é o favoritismo de uma pessoa perante outra por motivos baseados em condições não condizentes com os critérios do cargo desejado, motivos baseado em estigmas (OIT, 1958). O preconceito é, segundo Heller (1985), pautado por pensamentos que apresentem fundamentos em crenças estereotipadas segundo assuntos presentes na sociedade. Para a autora, o preconceito acaba no momento que a pessoa se informa sobre a questão a qual tem repúdio. A intolerância é a forma física da violência, uma agressão que visa reprimir algo que o agressor desaprova.

Essa pesquisa utiliza o termo LGBTfobia em vez de homofobia, por ele compreender todos os preconceitos sofridos por todas as pessoas LGBT. Ou seja, os preconceitos sofridos por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais,

transgêneros, pessoas não binárias, entre outras formas de identificação<sup>2</sup> que as pessoas que não são heterossexuais cisgêneros possuem.

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (2014), a cada 28 horas, uma pessoa LGBT morre vítima de LGBTfobia no Brasil, fazendo com que o País seja o que mais mata LGBT no mundo (TGEU, 2014), o que mostra a importância de medidas que combatam essa intolerância. Além disso, uma pesquisa realizada com estudantes LGBT brasileiros mostra que 73% deles já sofreram assédios verbais por causa da sua orientação sexual e 68% já sofreram violências por causa da sua identidade de gênero (ABGLT, 2016). Esses dados mostram o quanto se faz necessário um debate sobre sexualidade e gênero nas escolas, além de investimentos em políticas sociais que favoreçam o combate à LGBTfobia.

Os casamentos entre pessoas do mesmo sexo aumentaram no ano de 2015, segundo o IBGE (2016). Houve um total de 5.614 casamentos em 2015, contra 4.854 no ano de 2014. Só no Distrito Federal foram realizados 349 registros<sup>3</sup> de casamento desde a promulgação da resolução nº 175 do CNJ<sup>4</sup> em 2013 (ANOREG, 2016). Tais dados mostram que, embora estejam contadas apenas as uniões que foram levadas em juízo, é preciso reconhecer a existência desses casais e observar a importância desse reconhecimento para garantir direitos para as famílias formadas por pessoas LGBT nas esferas públicas e privadas, sem qualquer tipo de discriminação.

Ao fazer essa diferenciação, não se busca segregar e discriminar essa parcela da população, mas sim problematizar que a universalidade, estabelecida nas diretrizes da Política de Assistência Social, só será de fato garantida se ela atender as especificidades de cada uma das parcelas populacionais da sociedade. Ou seja,

---

<sup>2</sup>Atualmente há no movimento LGBT um debate acerca das pessoas que são de fato integrantes dessa sigla. Alguns militantes defendem que apenas lésbicas, bissexuais, gays, travestis e pessoas transexuais compõem o movimento. O movimento trans também vem questionando se as travestis e pessoas trans devem permanecer no movimento, uma vez que a travestilidade e a transexualidade são identidade de gênero e a homossexualidade e bissexualidade são orientações sexuais. Dessa forma, há uma confusão nas pessoas em achar que travestis e pessoas trans são gays e lésbicas em uma fase avançada, o que não é verdade. Esse trabalho adota a perspectiva de que fazem parte do movimento LGBT todas aquelas pessoas que fogem do padrão heterossexual binário-cisgênero estabelecido pela sociedade.

<sup>3</sup>Não há informações acerca da identidade de gênero desses casais.

<sup>4</sup>A resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça veda as profissionais competentes de se negarem a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

se de fato ampliar o acesso e favorecer o atendimento de pessoas LGBT pelas políticas públicas. A igualdade é, de fato, importante e muito debatida nos dias atuais, mas existe um outro conceito tão importante que muitos esquecem: a equidade<sup>5</sup>.

Nesse sentido, se faz necessário descobrir se as profissionais dessa política conseguem atender as especificidades desses usuários, uma vez que elas precisam ter um atendimento específico em relação à LGBTfobia. Desse modo, surge a pergunta norteadora da pesquisa: como a LGBTfobia é trabalhada no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI?

Assim, o objeto de pesquisa é a família e pessoas LGBT na proteção social especial da política de assistência social. Dessa maneira, o objetivo desse trabalho é conhecer a realidade de como as famílias e pessoas LGBT estão sendo atendidas pelo PAEFI, para reflexão do trabalho realizado, assim como evidenciar as conquistas existentes no serviço. Essas duas organizações familiares foram abordadas por terem em sua composição pessoas estigmatizadas e violentadas devido à sua sexualidade e/ou identidade de gênero. Ao debater essas configurações familiares, cria-se uma visibilidade para que elas possam ser ouvidas e notadas pela comunidade acadêmica. Reconhecer que essas famílias existem e que essas pessoas precisam de condições de sobrevivência é reconhecer que os direitos humanos estão sendo aplicados para as pessoas que deles necessitam.

Desse modo, justifica-se esse trabalho pela tentativa de evidenciar as pessoas e famílias LGBT para que seja dado o que é delas por direito; para que elas sejam capazes de viver e conviver sem terem medo de serem quem são e conseguirem resistir aos diversos ataques preconceituosos que sofrem rotineiramente. É importante, também, inserir esse debate no Serviço Social, um curso que forma profissionais que precisam defender o acesso a direitos de pessoas que estão socialmente vulneráveis devido a fatores variados, como preconceitos, poucas

---

<sup>5</sup> Essa pesquisa reconhece o amplo debate que existe em torno desses temas. Dentre as autoras que exploram esse assunto, concorda-se com as perspectivas apresentadas pela professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Vera Maria Ribeiro Nogueira (2004) e da definição de equidade dada por Sarah Escorel (2009), no dicionário da Fiocruz. Desse modo, equidade será aqui entendida como estratégias adotadas para as parcelas da população que não são tratadas de forma igual à maioria graças a estigmas presentes em torno de condições pessoais e sociais.

condições econômicas e vivências de violência. Ao adotar esse debate, entra em acordo com os princípios estabelecidos no código de ética da profissão. Que são os princípios da liberdade, de poder exercer a profissão sem ser discriminado e não discriminar por raça, credo, etnia, orientação sexual e identidade de gênero (CFESS, 1993).

O conceito de “vulnerabilidade social” é abstrato. Isso é reconhecido até mesmo pelas normativas dos serviços e programas ofertados pela política de assistência social, como por exemplo, o caderno de “Orientações técnicas sobre o PAIF”. Esse trabalho, adota o conceito de vulnerabilidade trabalhado pelas autoras Wendy Rogers e Angela Ballantyne (2008). Em seu texto, as autoras falam que a vulnerabilidade se distingue em duas: a vulnerabilidade extrínseca e intrínseca.

A vulnerabilidade extrínseca ocorre quando são negados, injustamente, direitos sociais e políticos a certos grupos. Essa categoria de vulnerabilidade é referenciada como ‘falta de poder’. Grupos podem ser sujeitados a discriminação institucionalizada em razão de gênero, raça, idade ou sexo. A discriminação institucionalizada pode empurrar os grupos afetados para uma posição subalterna dentro da hierarquia social. Em muitas partes do mundo, as mulheres sofrem dessa forma de vulnerabilidade por viverem em estruturas sociais patriarcais que negam seu direito à autodeterminação. Os povos indígenas também são suscetíveis a discriminação por parte de grupos sociais dominantes. A discriminação e a submissão estruturais podem resultar em vítimas que acreditam ser inferiores a outros membros da comunidade e que, portanto, concluem que não têm o direito ou a capacidade de decidir por si próprias sobre sua participação em pesquisa. Populações que são tratadas como subalternas e que também se vêem como tais são vulneráveis ao comando tanto explícito quanto implícito daqueles em posições de poder (ROGERS; BALLANTYNE, 2008, p. 32).

Assim, a escolha de estudar o PAEFI ocorreu por esse serviço possuir potencial para contribuir com a questão da LGBTfobia, uma vez que trabalha com pessoas que são vítimas de violência e que estão em situação de vulnerabilidade



social decorrida da perda ou do não acesso a direitos (BRASIL, 2011), ele consegue trabalhar com pessoas LGBT que se encontram nessa situação.

Esse trabalho foi feito com caráter exploratório e qualitativo. Uma pesquisa qualitativa “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES, 1996, p.1). Para a coleta dos dados, foi empregado o método de entrevista semi-estruturada. Nesse modelo de entrevista, “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

Para atingir o objetivo da pesquisa foram realizadas entrevistas com as profissionais da Política de Assistência Social no Centro de Referência Especializado da Diversidade Sexual, Étnico Racial e Religiosa - CREAS da Diversidade. Foram entrevistadas as profissionais que fazem parte da oferta do PAEFI, sendo garantido o sigilo, omitindo quaisquer dados que permitam a sua identificação. Foi escolhido o CREAS da Diversidade como local de pesquisa, por ele ser referência nacional no trabalho com pessoas LGBT, como também para promover uma divulgação do serviço ofertado para a sociedade no geral.

As profissionais assinaram o Termo de Comprometimento Livre e Esclarecido confirmando que estavam em concordância com a participação na pesquisa por livre e espontânea vontade, não recebendo qualquer apoio financeiro. Estavam cientes, também, de que podiam se recusar a responder a qualquer pergunta realizada durante a entrevista, interrompê-la quando desejassem e que a mesma seria gravada com um gravador de voz. A gravação foi transcrita para facilitar a análise dos dados, sendo o áudio apagado após a transcrição.

Houve o uso do universal feminino para construir o plural de palavras. Sabe-se que a norma culta da língua portuguesa se refere ao plural sempre no masculino quando há a presença de um homem. Como esse estudo teve o intuito de gerar questionamentos acerca da família LGBT e contribuir para a desmistificação de preconceitos, nada mais justo do que a recusa em usar o universal masculino, uma determinação machista e patriarcal, quando se refere a populações que são vítimas

diárias dessas imposições. Assim, o universal feminino foi adotado para quebrar esse estigma.

Os conceitos referentes à comunidade LGBT foram embasados na terminologia atual adotada pelo movimento social. Assim, ao se referir ao preconceito sofrido pela comunidade LGBT, foi utilizado o termo “LGBTfobia”. O termo “LGBTfobia” é empregado no lugar de “homofobia”, pois o movimento LGBT entende que a homofobia popularizou como o preconceito sofrido por gays, invisibilizando o preconceito sofrido pelas outras pessoas que também compõem a comunidade LGBT. Quando tratar o preconceito específico, foi empregado a terminologia própria para ele, por exemplo: ao abordar sobre o preconceito sofrido pelas pessoas transexuais, será empregada a palavra transfobia e, da mesma forma, para os outros.

Durante a realização do trabalho houve o desafio de encontrar produções científicas acerca do tema. Famílias e pessoas LGBT na assistência social não é um assunto muito estudado e aprofundado no meio acadêmico, o que, por si só, já denuncia a invisibilidade deste grupo populacional. Houve, igualmente, dificuldades para conseguir a aprovação para a realização da entrevista no CREAS, devido ao longo tempo de espera da permissão que foi dada pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos – SEDESTMIDH.

Esse trabalho é composto por três capítulos. O primeiro retrata as famílias LGBT e as pessoas LGBT que estão inseridas em famílias formadas por casais heterossexuais cisgênero. Faz-se, assim, uma discussão acerca das características dessas famílias, como elas estão inseridas na sociedade e como a LGBTfobia familiar afeta essas pessoas.

O segundo capítulo aborda a política de assistência social e as demandas LGBT. Há um delineamento acerca da história dessa política e de como os serviços socioassistenciais estão inseridos nessa política. Discute, também, como as pessoas LGBT são usuárias da política de assistência social, fazendo uma reflexão acerca da PNAS e de outras normativas que compõem as diretrizes legais.

No terceiro capítulo discute-se os dados coletados durante a realização das entrevistas com as profissionais do CREAS da Diversidade. Em um primeiro momento aborda o órgão em si, como ele se configura, quais seus objetivos entre outros. Em outro momento, há uma discussão acerca da oferta do PAEFI com pessoas LGBT.

Por fim, as considerações finais retomam os objetivos do trabalho e resumizam críticas e possíveis caminhos de superação das condições de vida precárias impostas às pessoas LGBT.

## **Capítulo 1 - Pessoas e Famílias LGBT: uma correlação de forças**

É necessário questionar qual o significado da família na atualidade, uma vez que ao se falar de família LGBT adota-se uma perspectiva fora do padrão nuclear burguês do conceito família. Esse padrão, estabelecido pela concepção de que o homem trabalha fora de casa e com seu salário sustenta sua esposa e filhas, tem cada vez mais deixado de existir por causa da exploração capitalista (KOLLONTAI, 2009).

Para essa mesma autora, a configuração de família que existe atualmente é apenas uma forma de transmissão de valores existentes no passado. Dessa forma, ela ainda defende que as tradições, as formas de viver daquela família e a sua moral, condizem com as condições as quais aquelas pessoas estão inseridas (KOLLONTAI, 2009). Uma vez que a família é formada por pessoas singulares que têm uma vida própria, e que ao se reunirem enquanto família reproduzem os padrões pré-estabelecidos pela sociedade e Estado em si (LOSACCO, 2014).

Há um entendimento de que a família é o “organismo social que fundamenta uma sociedade” (LOSACCO, 2014, p.76). Por isso, atribui-se um caráter protetivo as suas componentes e de responsabilização pela transmissão de cultura e meios de socialização condizentes com o estabelecido na sociedade (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

Dessa forma, o Estado se utiliza dessas atribuições para formular políticas sociais voltadas para a família, algo que já vem sendo feito desde o início das concepções do que seria a política social (CAMPOS, 2015). Como cada pessoa integrante da família tem um papel designado a ser exercido, atribui-se a mulher a função de “cuidadora” o que forma uma concepção que desiguala os papeis de gênero no interior das famílias (CAMPOS, 2015).

Nessa perspectiva, Zola (2015) argumenta que ao se tratar de cuidados familiares e desigualdades de gênero, evidencia que há uma

dificuldade de conciliação da família contemporânea e um descompasso para a igualdade entre os gêneros, fortalecido pelas políticas públicas em suas expectativas funcionais sobre a família, ou insuficiências de regulação pública (Zola, 2015, p. 80).

Houve uma reflexão sobre a forma que seriam abordados, neste capítulo, esses dois desenhos de configuração familiar: as famílias LGBT e as famílias com pessoas LGBT. Essa reflexão se deu pelo fato de que famílias LGBT são constituídas a partir da união de pessoas LGBT, sendo essas advindas de uma convivência familiar, muitas vezes, formada por casais heterossexuais-cisgênero e que podem ou não ter sofrido preconceito dentro de suas relações familiares.

Considera-se família LGBT também as famílias formadas a partir da união civil de pessoas que fogem a heterocisnormatividade. Há um entendimento de que o termo “famílias homoafetivas”, comumente utilizado na literatura sobre o tema, não contempla e não visibiliza as famílias formadas por pessoas transexuais e pelas travestis heterossexuais, pois elas não estão em um relacionamento afetivo com pessoas do mesmo sexo (ZAMBRANO, 2006; RIBEIRO, 2014). Assim, o termo “famílias LGBT” tem uma amplitude maior para as integrantes da sigla LGBT.

Pessoas LGBT são os indivíduos que têm sua orientação sexual ou identidade de gênero fora dos padrões heterocisnormativos, isto é, gays, lésbicas, bissexuais, transgênero, transexuais, travestis, entre outras. A sigla LGBT engloba variadas manifestações de identidade de gênero e sexualidade.

Os indivíduos LGBT que optam por não formar famílias, também têm, constantemente, a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero negada, sofrendo, assim, LGBTfobia. Muitas vezes, esse preconceito acontece dentro de seu âmbito familiar. As famílias chegam a ignorar a condição de ser desses indivíduos, o que torna a discussão em torno da identidade sexual um tabu ou um fantasma nas relações sociais desses seres humanos (SCHULMAN, 2010) e se configura em uma negação grave do direito de ser dessa pessoa.

Assim, neste capítulo, serão abordadas as mudanças das configurações familiares. Em seguida, haverá a exposição do debate sobre a Família LGBT na sua totalidade, explorando aspectos das relações familiares em si e desta com a

comunidade na qual está inserida. Busca mostrar, igualmente, como o processo da conquista de direitos, por essa configuração familiar, está sendo negada pelo moralismo tradicionalista, que age como um forte regulador de comportamentos (BARROCO, 2010).

Em um terceiro momento, serão apresentadas reflexões sobre as pessoas LGBT em contexto familiar. Falar-se-á do convívio familiar desses indivíduos, de como a “LGBTfobia familiar” se faz presente e da forma de fragilização dos vínculos afetivos graças ao preconceito. Também será abordado o desafio em se assegurarem os direitos das pessoas LGBT nas suas famílias. É visível que nem todas as pessoas LGBT sofrem preconceitos no seu âmbito familiar, porém é uma questão que se faz presente nessa comunidade (Schulman, 2010).

## **1. As configurações familiares da atualidade: toda forma de amor é válida?**

A família tem passado modificações frequentes, adotando diversas configurações (MIOTO, 1997). Isso se deve, em grande parte, ao forte engajamento político-social dos movimentos feministas e LGBT ao longo do tempo, para o reconhecimento da existência de famílias fora do padrão nuclear burguês (SOARES, 2012; RIBEIRO, 2014). Esse levante dos movimentos sociais se deu, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980, quando houve uma forte mobilização dos movimentos sociais no Brasil (BARROCO, 2010).

A impulsão desses movimentos trouxe à frente do debate as formas de preconceito e opressão aos quais mulheres e pessoas LGBT estavam e estão submetidos até a atualidade, mostrando como a criação de uma sociedade mais justa e igualitária deve compreender vários aspectos e dimensões de análise (CISNE e SANTOS, 2014).

Nesse sentido, os movimentos feministas põem em debate a possibilidade do divórcio, da hegemonia da família nuclear burguesa, o papel de poder do homem dentro e fora de casa, entre outros fatores. Essa movimentação resulta nas conquistas de direitos das mulheres, como, por exemplo, o direito ao voto. Desafia, desse modo, a configuração anterior, na qual a mulher branca trabalhava apenas dentro de casa,

cuidando das filhas<sup>6</sup> e dos afazeres domésticos, enquanto o homem saía para trabalhar fora do lar, “provendo o sustento da família” e perpetuando a divisão sexual do trabalho (SOARES, 2012; RIBEIRO, 2014; CISNE e SANTOS, 2014).

Esses preceitos ainda existem até os dias atuais, onde a mulher apresenta jornada de trabalho dupla, tendo que trabalhar dentro e fora de casa. Estes são reforçados pela socialização das meninas quando elas ganham bonecas e eletrodomésticos de brinquedo para brincar. Paralelamente, os meninos ganham carrinhos, kits de química e brinquedos para montar (ÁVILA, 2015). Os brinquedos ditos “masculinos” são muito mais voltados para o mundo público, por haver uma tendência histórica de desbravamento do mundo pelos homens, enquanto os ditos “femininos”, são voltados para uma esfera de vida privada, voltados para os cuidados da casa e das filhas (ÁVILA, 2015).

Todavia, a exploração do trabalho no modelo econômico capitalista agrava uma mudança na configuração familiar (KOLLONTAI, 2009), na qual as mulheres assumem o provento da família por meio do trabalho, sendo esta a formação de, aproximadamente, 40% das famílias brasileiras (IBGE, 2013).

Já os movimentos LGBT, contribuíram para o reconhecimento de diferentes configurações familiares por buscarem o respeito e reconhecimento de suas orientações sexuais e identidades de gênero, visando a conquista de direitos, sendo esses já garantidos às pessoas que seguem a heteronorma (RIBEIRO, 2014; SOARES, 2012).

Dentre esses direitos, está a liberdade de expressar sua própria identidade sem ser discriminado, a possibilidade de se casar, direito até hoje não regulamentado por lei, mas permitido no Brasil, por meio de normas e entendimentos do Conselho Nacional de Justiça<sup>7</sup> e a possibilidade de adotar filhas ou de realizar reproduções

---

<sup>6</sup> Como já explicado anteriormente, o trabalho está usando o universal feminino. Dessa forma, ao generalizar as pessoas, adotará as formas femininas das palavras.

<sup>7</sup> Há uma proposta de autoria da senadora Marta Suplicy, que foi aprovada no dia 08/03/2017, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado a fim de alterar partes do Código Civil, que, atualmente, classifica como entidade familiar “a união estável entre o homem e a mulher”. Com isso, o casamento homoafetivo seria reconhecido por lei, tornando mais difícil a retirada desse direito. O projeto ainda será votado mais uma vez no Senado antes de ir para a Câmara dos Deputados.

assistidas por meio de inseminações artificiais e barrigas de aluguel (também já permitidos no Brasil, mas não por meio de leis).

É importante salientar que houve o uso do termo “possibilidade” ao se referir ao casamento e adoção, pois nem todas as pessoas LGBT querem se casar para ter filhas, ou não querem ter filhas mesmo estando casadas, ou não querem realizar nenhum desses atos. Porém é importante que as pessoas LGBT tenham essa liberdade de escolha, sendo esse ato uma opção das próprias pessoas e não imposto pelo Estado.

O avanço do capitalismo moderno também foi um grande fator para uma maior visibilidade das famílias e pessoas LGBT, por meio de um mercado específico<sup>8</sup> (roteiros de viagens, bares, restaurantes, etc.) para essa comunidade (ALMEIDA, 2010) e da inclusão em propagandas. Essas companhias, ao fazerem isso, estão favorecendo dois aspectos: maior lucro e uma visibilidade a esse segmento. As empresas obtêm mais lucro por causa da quantidade de vendas que é realizada após a sua vinculação com o público LGBT (PANINI et al., 2016). Ou seja, essa associação vira uma estratégia de *marketing*.

Há aqui um ponto de discordância no movimento LGBT sobre essa visibilidade das empresas, especialmente, por esta não ser uma visibilidade construída pela preocupação com essas pessoas, mas pela busca de uma maior comercialização de seus produtos. Nesse sentido, atraem pessoas LGBT com o título de “empresa *gay-friendly*”. Flávia Péret afirma que “o gay friendly se refere ao comportamento, tanto dos indivíduos (simpatizantes), como das instituições e empresas que demonstram atitudes de respeito à diversidade sexual” (PÉRET, 2011, p. 85). Nesse trabalho há a concordância com essa perspectiva, mas não deixa de perceber a importância que essas representações têm na sociedade para a conquista de direitos para as pessoas LGBT.

Por outro lado, a visibilidade por parte das campanhas publicitárias tem sua importância. Elas conseguem transmitir a mensagem de que outras configurações familiares também existem e conseguem promover um debate dentro dos lares em

---

<sup>8</sup> Flávia Péret em seu livro “Imprensa Gay no Brasil” traz um debate acerca desse tema e expõe o termo “*pink money*”, que é usado como referência a esse mercado.



geral. Estão ali representadas figuras que fogem do padrão heterocisnormativo. A mulher trans fazendo propaganda para a marca de batom, está sendo vista por milhares de outras pessoas. Querendo ou não, essas propagandas passam mensagens positivas para diversas pessoas que também são LGBT e que ainda não se sentem preparadas para se assumir como tal.

Embora tenha ocorrido certo reconhecimento de diferentes configurações familiares, as famílias ainda são cobradas a desempenhar as mesmas funções atribuídas a ela e a cada ente nos séculos anteriores (TOLEDO; FILHO, 2013). A família desempenha um papel que garante a “sobrevivência’ dos indivíduos, como também a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações” (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

Essas funções atribuídas de proteção e cuidado ficam ainda mais visíveis quando as políticas sociais, tal como a Política de Assistência Social, adotam o princípio de que a família deve “prover a proteção e a socialização dos seus membros, constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado” (BRASIL, 2004, p. 35).

Por causa disso, muitas ativistas do movimento LGBT e estudiosas da área criticam esse desejo de pessoas LGBT quererem casamentos e constituição de famílias. Para elas, essa ligação reforça estereótipos de modelos tradicionais familiares, que buscam o viver felizes “no padrão de propaganda de margarina”, que torna invisível outros modos de ser LGBT, como a LGBT que não quer casar e nem ter filhas (SEFFNER, 2011). Para esse mesmo autor, esse foco no matrimônio, passa a mensagem de que a vida em família dos indivíduos LGBT é bastante pacífica, sem ter nenhum tipo de conflito quando assumem suas orientações sexuais e identidades de gênero, o que se sabe que não é verdade para muitas LGBT (SEFFNER, 2011).

Nesse trabalho concorda-se com essa crítica feita por Seffner. Entretanto, esse estudo foi elaborado na perspectiva de garantia de direitos de pessoas e famílias LGBT. Visa instigar o trato que a Política de Assistência Social tem sobre esses sujeitos, para que vá além do sentido de proteção à família, mas para que lhe sejam

garantidos direitos sociais, não importando a sua configuração. Ademais, que também contribua para garantir ao indivíduo LGBT, dentro de uma família formada por um casal heterossexual cisgênero, a mesma liberdade de ser quem ela é, garantindo seus direitos individuais da mesma forma que estes são garantidos às outras integrantes da família, que não são LGBT.

Tendo isso em mente, o próximo tópico debaterá a Família LGBT. Serão explorados aspectos das relações familiares em si e desta com a comunidade na qual está inserida e convive, como o preconceito, discriminação e LGBTfobia existentes na sociedade brasileira, que interferem no acesso e na garantia dos direitos para essa parcela da população.

### **1.1. As famílias LGBT e suas relações comunitárias.**

As famílias LGBT têm enfrentado uma dualidade nas suas relações comunitárias. Ao mesmo tempo em que elas são reconhecidas como famílias portadoras de deveres, não são reconhecidas como portadoras de direitos (MELLO, 2006). Embora essa ideia de Mello seja datada de antes da promulgação do Conselho Nacional de Justiça acerca dos direitos a família de pessoas LGBT, essa dualidade ainda está presente nas relações atuais.

Está presente, pois, mesmo que pessoas LGBT possam se casar e adotar filhos (não por intermédio de lei, mas por resoluções e entendimentos do poder judiciário), ainda enfrentam diariamente situações de preconceito, discriminação e de constrangimento na vida pública. Por causa da heterossexualidade compulsória<sup>9</sup> e da heteronormatividade, somos socializadas a entender que a homossexualidade e a transgeneridade são "anomias"<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Esse termo, recorrente no movimento LGBT, se refere ao fato das pessoas sempre presumirem que todos são heterossexuais e que estão em relacionamentos hétero por causa de estereótipos pré-concebidos.

<sup>10</sup> Anomia é um termo muito utilizado pelos funcionalistas. Os funcionalistas tinham uma visão sistêmica da realidade encarando a sociedade como um organismo vivo, onde cada parte tinha uma função específica. Dessa forma, o funcionamento correto das partes colaboraria para um bom organismo. Assim, se algo fugisse da regra estabelecida, ele seria considerado uma disfunção, uma anomia. Sendo assim, algumas vertentes do funcionalismo, se apropriam essa ideia justificando os preconceitos como uma forma de corrigir as pessoas que fogem dessa regra dominante.

Assim, ao preencher-se uma ficha cadastral em algum programa ou serviço público ou para emitir documentos, na maioria das vezes, depara-se com o campo “nome do pai” e “nome da mãe” para demarcarmos nossa filiação, o que pressupõe que a configuração familiar sempre é heterossexual. Como também, ao assinalar-se o campo “gênero” dos mesmos documentos, tendo a possibilidade de escolher apenas entre o masculino e feminino, ignora-se a existência de outras identidades de gênero. Ou seja, são os detalhes da vida, que às vezes passam tão despercebidos para alguns, que podem começar fazendo a diferença na vida de parcela significativa, porém invisibilizada, da população. Detalhes estes que são imposições da heterocisnorma e que ocorre uma naturalização destas.

A emergência de famílias LGBT na sociedade atual é evidente e exige uma atenção especial para a desconstrução de estigmas e paradigmas que pairam sobre essas configurações familiares (ZAMBRANO, 2006). Essa quebra de preconceitos pode favorecer a sociedade a entender melhor as demandas das famílias LGBT. Pode contribuir também para evidenciar a necessidade de leis que protejam essas famílias e indivíduos para que não tenham seus direitos negados graças à sua orientação sexual e/ou sua identidade de gênero.

Indivíduos LGBT, ao quererem ter filhos, sofrem o estigma de que pessoas do mesmo sexo não podem criar uma criança. Esse argumento se baseia na afirmação de que a criança sofreria danos psicológicos e morais, por causa dos preconceitos em sua socialização e na escola. Embora já tenham sido realizadas diversas pesquisas<sup>11</sup> que mostram o contrário: essa é a desculpa dada pelo senso comum para não permitir que indivíduos LGBT constituam famílias.

Desse modo, configurar-se como família - um direito civil – tornou-se uma questão política e religiosa. O problema aqui enfrentado é que as pessoas utilizam seus credos e preconceitos para justificar violências e impedimentos ao acesso de direitos por pessoas LGBT. O Estatuto da Família, (PL 6583/13) é um exemplo evidente das tentativas de se manter um modelo de família tradicional, que reforça poderes de repressão e criminalização de sexualidades e gêneros. Fere a laicidade

---

<sup>11</sup> Zambrano (2006) e Mello (2006) falam sobre essas pesquisas. Zambrano até cita algumas delas no seu texto “Parentalidades ‘impensáveis’: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais”.

do Estado o fato de pessoas quererem impor seus credos sobre as leis de um país que se denomina laico.

Esse estatuto é uma forma de delimitar o que seria reconhecido como família pelo Estado. Para ele, família é constituída a partir da união entre um homem e uma mulher. Uma medida discriminatória contra pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, uma vez que essas pessoas perderão direitos previdenciários e trabalhistas por não se configurarem como família. O projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 2015 e está em tramitação no Senado

Reconhecer os casamentos entre pessoas do mesmo sexo significa, também, o reconhecimento de direitos para essas pessoas, como por exemplo, o direito à herança, a cobertura em planos de saúde e de previdência pública e privada, entre outros direitos que já são garantidos para pessoas em relacionamentos heterossexuais. É reconhecer que essas pessoas existem e que têm necessidades sociais que precisam ser atendidas.

O preconceito contra as crianças advindas de relações LGBT é, de fato, preocupante, mas ele pode ser resolvido ao ensinar-se as outras crianças de que é errado discriminar as pessoas por raça, gênero, etnia, cor, classe social, orientação sexual, identidade de gênero, idade, entre outras características pessoais, que não interferem em nada no caráter delas. Pode ser debatido, por exemplo, gênero e raça nas escolas para criar-se a possibilidade de formar pessoas menos preconceituosas e que saibam respeitar o próximo. A promulgação de leis que visam punir atos que expressam a LGBTfobia também é uma forma de se combater o preconceito.

Ao mesmo tempo, já existem leis estaduais e municipais que punem discriminações contra pessoas LGBT. São leis que têm como finalidade a punição de estabelecimentos comerciais que se neguem a atender pessoas LGBT ou que realizem outras manifestações de preconceito contra esse grupo, como também pessoas comuns que pratiquem atos de preconceito.

O Brasil tem 27 Unidades Federativas (26 estados e o Distrito Federal). Destes, apenas Mato Grosso, Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraná, Tocantins

e Sergipe não apresentam leis estaduais que punem a LGBTfobia<sup>12</sup>. Entretanto, com exceção de Goiânia, Curitiba, Palmas, que são, respectivamente, as capitais de Goiás, Paraná e Tocantins, todas as demais capitais possuem alguma normativa que pune a LGBTfobia, seja em comércios, seja em locais da administração pública e para sociedade em si. As capitais dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Amazonas não apresentam leis municipais que visam o combate à LGBTfobia. Porém, os estados possuem leis estaduais que dispõe sobre isso.

É observável que, embora alguns estados não tenham leis anti-LGBTfobia eles tentam um diálogo com a população LGBT por meio de conferências estaduais e municipais sobre a temática de direitos para essa população. Entretanto, é necessário que seja atendida a demanda máxima apresentada nessas conferências, que é a regulamentação ou a publicação de leis que punam a discriminação contra pessoas LGBT. Se não houver qualquer iniciativa dos estados e, até mesmo, do País de proibir o preconceito, notícias sobre violências LGBTfóbicas continuarão a ser observadas nos jornais e sites informativos. Violências essas que, conforme já abordado nesse trabalho, são realizadas por pessoas próximas e que possuem laços com a vítima.

Dessa maneira, no próximo tópico será abordada a interação dos indivíduos LGBT em seu grupo familiar. As relações de preconceitos existentes, como a LGBTfobia familiar retira direitos dessas pessoas. Em alguns casos, as famílias também se constituem na maior fonte de apoio da pessoa LGBT, porém, esses casos são em menor número. O que deveria ser a realidade de todos, se torna a verdade de poucos.

## **1.2. Indivíduos LGBT e relações familiares: um contexto agridoce.**

Nesse tópico, será tratado o contexto familiar de pessoas LGBT. É difícil, mas, ao mesmo tempo, importante, falar sobre proteção familiar às pessoas LGBT. Difícil, pois tem-se uma concepção de que a vida da família é privada, considerada um

---

<sup>12</sup>BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Legislação LGBT. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/legislacao>. Acesso em: 14 de maio de 2017. Não havia informações sobre os estados do Acre, Amapá e Roraima no arquivo encontrado. Houve uma busca por alguma regulamentação, mas não foi encontrado. Por isso, não houve a menção aos estados e nem as suas capitais.

assunto sigiloso e que cada uma deve resolver seus próprios assuntos em seu interior (SCHULMAN, 2010; MIOTO, 2010; Duarte, 2011).

Para Schulman (2010) essa internalização abre espaço para a manifestação de preconceitos que, muitas vezes, são cultivados e reproduzidos no âmbito familiar. Além disso, conforme Duarte (2011), é na esfera pública, fora do âmbito familiar, que a maioria das pessoas LGBT aprendeu e aprende sobre a sua sexualidade e sua identidade de gênero.

A referida internalização abre espaço, também, para violências de todos os tipos cometidas contra pessoas LGBT. Violências que partem de um lugar que, supostamente, deveria proporcionar segurança e conforto. Essas agressões sofridas por esses indivíduos reforçam o caráter punitivo e fiscalizatório assumido pela família (SCHULMAN, 2010). É devido a essas manifestações de preconceitos, que este debate se torna importante.

O processo de se assumir como LGBT para a família, na maioria das vezes, é delicado. De acordo com Gomes, Reis e Kurashige (2013), muitas pessoas desta comunidade têm medo de se assumir como são, por temer rejeição por parte de seus entes. Ainda segundo esses autores, as pessoas LGBT acabam adotando duas personalidades, uma enquanto estão com a família, e outra quando podem se expressar livremente e se assumirem como realmente são. Isso pode gerar várias complicações na saúde mental dessas pessoas, como por exemplo, alto estresse emocional e problemas de auto aceitação (MEYER, 2003).

Esse medo da rejeição ocorre por a família estabelecer uma conduta de imposição do caráter heteronormativo, chegando, muitas vezes, a fiscalizar comportamentos e invadir espaços pessoais, ao querer determinar se a pessoa foge ou não do padrão estabelecido (TOLEDO; FILHO, 2013). Essa fiscalização é atribuída à família de forma incrustada nas suas funções estabelecidas pela sociedade, pois, como é essa instituição que faz a primeira socialização dos indivíduos, é considerado dever dela estabelecer os padrões de comportamento que não fujam da norma dominante.

Para Perucchi et al. (2014, p.69) a família, seguindo a heteronorma (pois não está livre dessa), atua com eficácia como um “dispositivo de reprodução e reiteration da norma”. Para conseguir esse feito, na maioria das vezes, faz com que se puna o indivíduo LGBT, mesmo que ele/ela não tenha feito nada pelo qual deva ser punido (SCHULMAN, 2010). Essa punição se dá tanto por meios de violência física, quanto psicológica ou, até mesmo, por meio de piadas e deboches (PERUCCHI et al, 2014).

Para Schulman (2010) nem todas as pessoas LGBT sofrem preconceito no âmbito familiar; isso depende muito de como era a relação e os valores entre as pessoas que compõem essa família. Todavia, muitas vezes, por mais que a convivência seja boa, o contexto social em que essa configuração familiar está inserida, molda os tipos de reação. Por exemplo, caso a pessoa esteja inserida em um contexto religioso, uma reação específica se verificará. Por outro lado, se a pessoa estiver inserida em um contexto religioso, mas possua vivências e conhecimentos relativos à pauta LGBT, será observada outra reação, e assim por diante.

A questão da religião é algo que precisa ser debatido. Na esfera privada, a religião é o que justifica vários fenômenos que são inexplicáveis ou que possuem uma explicação plausível somente para aqueles que tem fé. Porém, quando as pessoas usam a religião na esfera pública, para proibir acesso a direitos, para justificar violências e preconceitos, ela está sendo empregada como algo punitivo e que se desvirtua, até mesmo, dos dogmas passados pelos guias espirituais de todo e qualquer credo que pregue a "religação" entre seres humanos.

No Brasil, não deveria haver interferências baseadas em preceitos religiosos, uma vez que esse é um Estado laico. Essas interferências não são abertas para um debate qualificado, “uma vez que não são passíveis de contestação, por serem baseados na fé” (NARDI, MACHADO; SIQUEIRA, 2015, p. 9). Ou seja, não importa quantos dados e informações sejam apresentados para justificar que o argumento está divergente das necessidades e demandas da sociedade, o indivíduo religioso pode acreditar que não deve aprovar uma lei que reconheça direitos para segmentos minoritários, apenas para agradar ao seu líder espiritual ou seguir os dogmas de seu credo. Isso é observável, por exemplo, na promulgação do Estatuto da Família.

Perucchi et al (2014) afirmam que a convivência familiar desanda a partir do momento em que a pessoa se assume homossexual, levando, muitas vezes à expulsão da residência, ou, quando não há essa medida extrema, o indivíduo vive diversas situações de humilhação e violência, como ser ignorado enquanto fala ou diversas outras situações que cerceiam a sua liberdade de ser, como não poder sair de casa, por exemplo.

Com pessoas transexuais e travestis não é diferente. Segundo Bonassis et al. (2015) a violência chega a ser pior do que a sofrida por pessoas homossexuais e bissexuais, pois as pessoas transgênero fogem da regra da cisnormatividade, quebrando o padrão de binarismo de gênero estabelecido como norma, sendo, frequentemente, expulsas de casa<sup>13</sup> ao se assumirem como pessoas trans.

A transfobia no Brasil é algo alarmante. Segundo a Rede Trans Brasil, no ano de 2016 ocorreram 144 assassinatos de pessoas trans. Isso se reflete no dado de que o Brasil é o País com o maior número de homicídios de pessoas trans em todo o mundo (NOGUEIRA, AQUINO, CABRAL, 2016). Com isso, de acordo com pesquisa do IBGE (2013), a expectativa de vida dessas pessoas não passa dos 35 anos, menos da metade da média nacional de 74,9 anos da população (IBGE, 2013).

Assim, se torna imperiosa a necessidade de estabelecimento de políticas sociais com a finalidade de atuar com as famílias LGBT ou que possuam, entre seus membros, pessoas LGBT, para prevenir situações de preconceito e violência contra orientação sexual e identidade de gênero das pessoas que integram essa família. Essas políticas, se bem aplicadas, têm o potencial de contribuir para o direito dessas pessoas serem quem são, viverem e se expressarem de acordo com sua orientação e identidade, sem sofrerem retaliações de qualquer tipo. Em algumas situações, será necessário o distanciamento do núcleo familiar, para a proteção e garantia de direitos das pessoas LGBT, uma vez que, nem todas as famílias, aceitam ou toleram suas filhas e parentes possuírem orientações sexuais e identidade de gênero fora da heterocisnorma.

---

<sup>13</sup> Atualmente, muitos jornais têm vinculado matérias acerca desse tema. São noticiados apenas alguns casos, dentro dos muitos que existem. Abaixo, a título de exemplo, link de notícia sobre esse tema: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-e-travestis-sofrem-violencia-dentro-de-casa>



Assim, são diversos os relatos feitos por pessoas LGBT acerca das violências sofridas dentro da família. Dessa forma, a família não representa um ambiente de segurança para a pessoa LGBT que vive em situações de LGBTfobia familiar. A família se transforma, ao contrário, em espaço de terror e medo (SCHULMAN, 2010). Nessa perspectiva, Mito (2000) apresenta um debate sobre a família como um ambiente que também é de conflitos e motivos de angústias para seus membros. A partir dessa concepção, é compreensível encontrar pessoas LGBT que não têm laços afetivos com pessoas de sua família, devido a preconceitos existentes<sup>14</sup>.

No próximo capítulo, a Política de Assistência Social será discutida. Em um primeiro momento, haverá uma apresentação histórica da política, mostrando sua evolução como direito social garantido na Constituição Federal do Brasil de 1988, abordando também seus serviços socioassistenciais. Em um segundo momento, será tratado como essa política enxerga as famílias e pessoas LGBT, que tipo de serviços oferece a essas pessoas e como as demandas LGBT estão inseridas no seio dessa política.

---

<sup>14</sup>OTONI, Isadora. Quando o preconceito vem de dentro de casa. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/04/11/quando-o-preconceito-vem-de-dentro-de-casa/> Acesso em: 14 mai 2017.

## **Capítulo 2. A Política de Assistência Social e a demanda de proteção socioassistencial às pessoas e famílias LGBT.**

Nesse capítulo, que se divide em duas partes, serão abordadas a Política de Assistência Social e as demandas da população LGBT, em especial, a necessidade de que essa política seja inclusiva e dê visibilidade a esses segmentos da população. Em um primeiro momento falar-se-á sobre a história da política de assistência social, sua trajetória desde os entendimentos de que suas práticas seriam assistencialistas e filantrópicas até se tornar direito social reconhecido em lei.

Em um segundo momento, será abordado como as pessoas LGBT estão inseridas nessa política, como os serviços socioassistenciais recebem essa população e como garantem direitos a esse segmento da população.

### **1. A Política de Assistência Social: do assistencialismo ao direito social**

A Política de Assistência Social não teve sempre a configuração que é encontrada hoje. Nesse item, falar-se-á sobre o histórico da assistência social no Brasil: como ela surgiu e as transformações que ocorreram; as novas configurações que foram adotadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, bem como, a atual organização da Política de Assistência Social.

Procurará também responder as perguntas feitas acerca de quem a política atende, quem são suas usuárias e quais os serviços existentes que promovem a proteção das famílias. Ainda dentro dos serviços voltados à proteção da família, será dado um maior enfoque ao objeto de estudo dessa pesquisa, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

#### **1.1. A Política de Assistência Social antes da Constituição de 1988: O assistencialismo como base de atuação**

O atendimento às situações de desproteção/necessidades existe desde as primeiras formações societárias (LONARDONI et al., 2006). No início, se configuravam como uma ajuda às pessoas que necessitavam, pois, a concepção da época partia do entendimento de que “na humanidade sempre existirão os mais

frágeis, que serão eternos dependentes e precisam de ajuda e apoio” (LONARDONI et al., 2006, s/p).

Essas ajudas eram realizadas por meio de ações da Igreja e pelas classes mais altas, dominantes, com o objetivo de amenizar os efeitos causados pela exploração das classes mais baixas, reduzindo, assim, os riscos de conflitos que poderiam surgir (ALAYÓN, 2008). Por causa dessas intervenções pautadas em doações, tais apoios são caracterizados como assistencialistas.

Castel (1998), por outro lado, ao fazer uma análise das sociedades cuja sociabilidade era classificada como primária, na qual a sobrevivência e proteção se materializavam por meio de um sistema de interdependências, afirma que a assistência surge como uma forma de suprir as falhas dessa forma de sociabilidade.

Esse mesmo autor, argumenta que as primeiras ações assistenciais fora da sociabilidade primária ficou a cargo da Igreja Católica, sendo destinadas aqueles que eram merecedores da ajuda, ou seja, para famílias que tinham perdido *status* social, idosos, crianças e pessoas impossibilitadas ao trabalho. As pessoas que, por qualquer outro motivo, não trabalhavam, não eram merecedores da ajuda. Elas eram chamadas de vagabundas, sendo criminalizadas, podendo até serem expulsas da sua cidade, torturadas ou condenadas à morte. Segundo Lonardoni (et al. 2006), não havia uma intervenção pautada no estudo da pobreza como questão social. Este processo social era criminalizado e considerado caso de polícia, encarado como um problema de “disfunção individual”. Seu “tratamento” era a punição e a repressão.

No Brasil, antes de Vargas, há também uma adesão de práticas assistencialistas como forma de ajuda aos pobres. Durante o início do governo Vargas, na década de 1930, mesmo com uma forte movimentação social dos trabalhadores da época garantindo uma ascensão na conquista de direitos sociais e trabalhistas, a assistência social ainda “era confundida com a política de saúde e com os sentimentos de caridade e de solidariedade” (VARGAS, 2007, p.68).

Somente em 1938 é criado o Conselho Nacional de Serviço Social, que se configura como a primeira forma de regulação da assistência social. Para Mestriner (2001), o Conselho era formado por pessoas do alto escalão da sociedade, que

adotava uma atitude assistencialista. Elas substituíam o governo na tomada de decisão sobre quais instituições ajudariam.

Após 4 anos, foi criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA, que se destaca por ser a “primeira grande instituição de assistência social [...] tendo sua gênese marcada pela presença de mulheres e pelo patriotismo” (LONARDONI, et al, 2006, s/p.). Quem presidia a LBA era a primeira-dama, que assumia o cargo quando seu marido assumia a presidência da República.

Depois de diversos casos sobre corrupção e desvio de dinheiro, em 1995, a LBA foi extinta (LONARDONI, et al, 2006) por meio da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. Assim, termina um período de formalização legal da Assistência Social como uma prática caritativa. Embora ela ainda seja vista por muitas pessoas como uma qualificação da ajuda, os termos legais vigentes afirmam o contrário. No próximo tópico será abordado a configuração da assistência social após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a sua organização e estruturação.

## **1.2. A Política de Assistência Social como direito social**

A Assistência Social, com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (CF/88 ou, neste trabalho, apenas CF), adquire caráter de direito, formando o tripé da Seguridade Social, ao lado da saúde e da previdência social. Com a determinação de que a assistência social se destina a quem dela necessitar, sem ser necessária a contribuição prévia, a Constituição Federal estabelece alguns primeiros objetivos para a política de assistência social, que serão melhor delineados na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

Tal lei, promulgada em 1993, tem por finalidade regular o direito à política de assistência social, então instituída pela CF. A LOAS delineia os objetivos desta política e estabelece princípios e diretrizes que fundamentam a gestão e oferta dos serviços da assistência social. Essa legislação determina ainda que o SUAS tem instâncias deliberativas, que são os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social. Eles têm caráter permanente e composição de modo justo entre governo e sociedade civil. Além disso, possuem a

Competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica (BRASIL, 1993).

Igualmente, na LOAS está reforçada a universalidade dos direitos sociais (BRASIL, 1993). Esse princípio também é reforçado mais tarde, em 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social –NOB/SUAS de 2005, e NOB/SUAS 2012, atualmente em vigor.

A PNAS reforça o caráter universalizante da assistência social quando afirma que a promulgação da assistência social, na qualidade de política pública, consegue garantir a todos que dela necessitam, não precisando de contribuição prévia, o atendimento por essa política (BRASIL, 2004). Os usuários teriam, então, fácil acesso à política se dela necessitarem.

Com a promulgação da PNAS em 2004, houve também a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estabelecido em 2005. Há uma (re)organização na gestão da política de assistência social, visando unificar o conceito e procedimentos em todo território nacional, mas respeitando a diversidade existente em cada município. Com a promulgação do SUAS, houve uma necessidade de mudanças para a organização da assistência social, que será abordada no próximo item.

### **1.2.1 Os Serviços Socioassistenciais**

A PNAS estabelece a matricialidade sociofamiliar e a territorialização de seus serviços e programas para que se tenha uma melhor abrangência por parte do SUAS, para que ele chegue em todos os lugares do País (BRASIL, 2004). Com isso, houve uma mudança na ótica da proteção social ofertada pela Assistência Social. Ela determinou que os serviços socioassistenciais serão voltados para a família e que estes serão implementados por território, trazendo, dessa forma, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização como princípios da proteção social (BRASIL, 2004).

Essa mudança veio, até mesmo, para atender o preceito já posto na Constituição Federal de 1988 que caracteriza a família como a base da sociedade (BRASIL, 2004), determinando, ainda, que a Política de Assistência Social tenha como objetivo “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (Brasil, 1988). Segundo a PNAS (Brasil, 2004) a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo fundamental para a promoção de todas as ações e serviços da política de assistência social.

Para Marques (2014, p.4),

O princípio da matricialidade sociofamiliar constitui um avanço na assistência social, que anteriormente à aprovação da PNAS e da instauração do SUAS se detinha, mais diretamente, ao atendimento dos indivíduos, de forma isolada da família.

Esse princípio veio como uma resposta contra “a fragmentação dos atendimentos, como sujeito à proteção de uma rede de serviços de suporte à família” (Teixeira, 2010, p. 5).

Entretanto, a matricialidade sociofamiliar também traz consigo alguns entendimentos e possibilidades que prejudicam o acesso a direitos. Teixeira (2009) aponta que a Política de Assistência Social corrobora na manutenção das funções socialmente estabelecidas para a família ao oferecer os serviços, o que faz com que os integrantes da família fiquem cada vez mais dependentes da mesma, determinando maiores responsabilidades, até mesmo para poder ter acesso a direitos sociais. Dessa maneira, a matricialidade sociofamiliar ao atribuir “a centralidade da família na política de assistência social não pode significar a responsabilização da família, mas sim uma superação da focalização das ações históricas” (Marques, 2014, p.6).

Na PNAS a territorialização surge como uma medida de descentralização, colaborando com o princípio da matricialidade sociofamiliar (Brasil, 2004). Assim, cada território, não importando as delimitações geográficas e sim contingentes populacionais, tem sua base de atendimento referenciada a algum Centro de Referência, tanto da proteção social básica quanto da especial (BRASIL, 2004). Dessa maneira, a PNAS conceitua que

o princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a

família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social: na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de Assistência Social; no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos (BRASIL, 2004, p.91).

Com essa mudança de visão, de modo a melhor organizar a gestão e a oferta dos serviços socioassistenciais, no âmbito do SUAS, a PNAS estabeleceu a hierarquização da rede socioassistencial pela complexidade dos serviços, nos seguintes tipos de proteção no âmbito dessa política: a) proteção social básica e b) proteção social especial. Elas podem ser ofertadas tanto por entidades públicas ou por organizações sem fins lucrativos credenciadas no SUAS (BRASIL, 2011).

A fim de fortalecer a oferta dos serviços socioassistenciais, estes passaram por um processo de “tipificação”, organizados na normativa Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, de 2009. Neste documento há uma normatização de como os serviços da Política de Assistência Social devem ser administrados pelos seus executores. Nele também, encontram-se todos os serviços ofertados por essa política, seus objetivos e a quem ela se destina, delineando melhor qual serviço pertence a cada nível de proteção social, se ele é ofertado na proteção social básica ou especial.

A proteção social básica compreende os serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos pela assistência social que tem como objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade social, por meio do desenvolvimento de atividades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2011). A principal unidade desse nível de proteção é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O CRAS se caracteriza como uma

unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (BRASIL, 2011, s/p).

É de senso comum, que o CRAS é “a porta de entrada” da política de Assistência Social. Essa informação é amplamente difundida até mesmo nos portais

dos governos estaduais e municipais. Isso se dá pelo fato do CRAS atender as demandas de benefícios assistenciais, tais como os benefícios eventuais e aqueles que advêm de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o DF sem miséria, no Distrito Federal. Como também pelo fato do CRAS ser um equipamento de prevenção de situações e por suas unidades se encontram em maior número.

Dentre os diversos serviços que integram a proteção social básica, está o Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Famílias – PAIF. Esse serviço tem o objetivo de fortalecer a família na sua função protetiva e também atua para prevenir a ruptura dos vínculos, causados por fatores diversos e promover o acesso da família a programas e benefícios sociais, sendo vedado o caráter terapêutico de suas atividades (BRASIL, 2009a).

O PAIF se constitui como o principal serviço de caráter preventivo e de apoio à manutenção dos vínculos familiares. Outros serviços da proteção social básica são considerados complementares a esse serviço e devem ser vinculados ao PAIF, ou seja, é a partir dele que se organizam todos os serviços referenciados na unidade do CRAS (BRASIL, 2009a).

Já a proteção social especial se compõe pelos serviços, programas e projetos que contribuem para a recuperação de vínculos familiares e comunitários rompidos, a defesa de direitos e a proteção das famílias e dos indivíduos que enfrentam situações de violação de direitos. (BRASIL, 2011). A principal unidade desse nível de atenção é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Ele se classifica como

a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. (BRASIL, 2011, s/p).

O CREAS necessariamente precisa constituir-se enquanto uma base territorial para a oferta de trabalho especializado do SUAS (BRASIL, 2011). Existem CREAS voltados ao atendimento de segmentos específicos da população, como por exemplo para pessoas em situação de rua (Centro POP) e sobre diversidade sexual,



de raça/etnia e religiosa (Centro da Diversidade) no Distrito Federal. Como o tema desse trabalho é sobre famílias e pessoas LGBT, haverá um enfoque<sup>15</sup> no CREAS da Diversidade, sendo esse assunto tratado em outro tópico.

A PNAS (2004) divide a proteção social especial de acordo com o grau de complexidade dos serviços. Ela se divide em: alta complexidade e média complexidade. A proteção social de alta complexidade engloba os serviços que “garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência (...) necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário” (BRASIL, 2004, p. 38).

A proteção social especial de média complexidade compreende os serviços que “oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (BRASIL, 2004, p. 38). Um dos serviços existentes de média complexidade é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.

O PAEFI é um serviço com oferta obrigatória em todos os CREAS (Brasília, 2011). Ele se configura “no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas” (BRASIL, 2011, p. 25). No próximo tópico haverá um maior aprofundamento sobre esse serviço.

### **1.3 O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.**

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), se constitui a partir de ações que visam a “promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam” (BRASIL, 2009a, p. 25).

---

<sup>15</sup> Informações sobre o CREAS para pessoas em situação de rua, estão disponíveis no documento "Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP", elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2011.

Tem como base o respeito à diversidade existente nas configurações familiares e nas formas de se organizar e pensar de cada família atendida (BRASIL, 2009a). Nesse sentido, o CREAS atua de forma diferenciada com cada família, pois cada uma, além de apresentar uma demanda específica, vive condições de vulnerabilidade social que podem ocorrer devido a diversos fatores próprios, como discriminações por raça, LGBTfobia, classe social, entre outros (BRASIL, 2011).

O PAEFI, por ser da proteção social especial, está voltado para aquelas pessoas que estão vivendo violações de direitos. Esse se caracteriza como o principal diferencial entre este programa e o PAIF, uma vez que este último é voltado para a prevenção de situações que coloquem o indivíduo em vulnerabilidade social (CARVALHO, 2016). Dessa forma, as usuárias do PAEFI são as pessoas que estão tendo seus direitos violados por causa das seguintes situações:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009a, p. 18)

Para atender as usuárias, o PAEFI tem como objetivo orientar e acompanhar as famílias em situações de perda de direitos, contribuindo para a reconstrução da autonomia destas, inserindo-as nos serviços e programas da assistência social, de forma a combater as violências sofridas, tanto pelas famílias, quanto no interior das mesmas (BRASIL, 2009a).

Dessa forma, o trabalho do serviço consiste em uma série de atividades que visam atingir o seu objetivo. Essas atividades precisam ser planejadas de acordo com dados acerca da realidade do território em que o CREAS está inserido (BRASIL, 2013). Para a coleta desses dados é necessário que a equipe técnica faça uma

observação acerca das pessoas que moram ali, bem como as ocorrências de violências que ocorrem naquela região, como também devem ser consultados os planos municipais de ações referentes a algum segmento populacional, para que seja realizada as ações de acordo com eles (BRASIL, 2013).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais descreve algumas dessas etapas e atividades básicas. Elas compreendem desde articulações com outros órgãos e serviços das políticas sociais, trazendo a questão da rede socioassistencial, já abordada pela PNAS, até atividades que garantem acesso a direitos básicos, como emissão de documentos civis entre outros (BRASIL, 2009a), sendo sempre mantido o sigilo dos atendimentos (CARVALHO, 2016). Algumas atividades/etapas que são realizadas no PAEFI são:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio (BRASIL, 2009a, p. 19).

Essas ações vão ao encontro do sentido de proteção que é adotado no PAEFI. Para esse serviço “proteção pressupõe acolher, amparar, oferecer apoio e auxílio, resguardar direitos, ampliar redes sociais de apoio, contribuir para o empoderamento e autonomia, daqueles(as) que chegam até o serviço” (BRASIL, 2013, p. 22). Nesse sentido, o PAEFI busca, com suas intervenções, garantir o acesso a direitos por parte da população usuária do serviço, diminuindo os casos de violências e violações de direitos, contribuindo para que eles não aconteçam novamente, melhorando a vida das pessoas (BRASIL, 2009). As intervenções devem ser interdisciplinares pois

a atuação em equipe interdisciplinar resgata o compromisso com o sujeito, compreendendo-o como uma totalidade, ou seja, reconhece a imbricada interação entre as diversas dimensões da Questão Social (...) o trabalho interdisciplinar não implica, necessariamente, que as

escutas ou intervenções individualizadas ou em grupo sejam realizadas, simultaneamente, com a presença de todos os profissionais ou da dupla assistente social e psicólogo (BRASIL, 2013. p. 47).

É importante salientar que, ser atendida pelo PAEFI não é o mesmo de fazer uma denúncia sobre a violência em uma delegacia ou órgão de defesa de direitos, uma vez que esse não é o objetivo do serviço (BRASIL, 2013). A pessoa que sofreu a violência deve procurar um órgão específico para que se possa realizar a denúncia, como também ser inserida no PAEFI para ter o seu atendimento realizado. O PAEFI, então, visa atender e acompanhar as pessoas que sofreram violações de direitos. Porém,

quaisquer informações obtidas ou produzidas pela escuta no PAEFI devem estar exclusivamente a serviço da PROTEÇÃO do sujeito em atendimento e não para a constituição de informações centradas na responsabilização da pessoa que cometeu a violência, esse último relacionado aos órgãos de defesa de direitos (BRASIL, 2013. p. 23, grifo no original).

Dessa forma, o PAEFI tem como impacto social esperado a superação das situações de violações de direitos, garantindo uma melhoria de vida para as pessoas que são acompanhadas pelo serviço (BRASIL, 2013). Quando atinge o resultado esperado, ocorre o desligamento das famílias e indivíduos do serviço. Esse processo de desligamento deve ser feito em parceria com as famílias, para que elas expressem as conquistas obtidas durante o acompanhamento, sendo que devem ser levadas em consideração todas as condições sociais em que aquela usuária do serviço está inserida (BRASIL, 2013).

O caderno de Orientações Técnicas para o PAEFI, que se encontra em fase de elaboração desde 2013, explica que o desligamento pode ter como parâmetros:

- A superação da situação de violação de direitos constadas;
- O fortalecimento da função de proteção do grupo familiar;
- As aquisições obtidas pelos indivíduos e familiares;
- O empoderamento, a autonomia e uma maior independência da família no processo de construção de alternativas de sobrevivência, inclusive emocional;
- A redução significativa na possibilidade de reincidência da violação do direito e do retorno a situação de violência;
- A superação dos agravos sociais, econômicos, emocionais, afetivos, psicológicos provocados pela violação de direitos (BRASIL, 2013, p. 97).

Dessa forma, com as considerações acima realizadas, no próximo tópico serão abordados os usuários da política de assistência social. Terá um maior enfoque sobre como a proteção socioassistencial atende as demandas LGBT e aborda a importância das pessoas LGBT fazerem parte dessa política para garantir seus direitos.

## **2. Proteção Socioassistencial às pessoas e famílias LGBT**

Os usuários da política de assistência social, segundo a PNAS, são aqueles cidadãos e grupos que se encontram em vulnerabilidade social, como famílias e indivíduos que tenham sofrido a perda ou que apresentem fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; pessoas com identidades estigmatizadas no que tange a etnia, cultura, termos sexuais entre outros (BRASIL, 2004).

Assim, as pessoas LGBT estariam formalmente inseridas na assistência social por meio desses critérios. Elas são usuárias da política de assistência social, por terem suas identidades sexuais estigmatizadas, como também as famílias formadas por pessoas LGBT, ou as que apresentam LGBT em sua composição, causando, muitas vezes, situações de violência e quebras de vínculos familiares ao se assumirem como LGBT, graças ao preconceito tanto da família, como também da comunidade. (SOARES, 2012; ANJOS, 2000; RIBEIRO, 2014; UZIEL, 2006; MELLO, 2006).

Percebe-se, na leitura dos diversos documentos que normatizam e orientam a política de assistência social em nível federal, que poucos deles apresentam inclusão direta das pessoas LGBT nos serviços existentes. A NOB/SUAS de 2012, por exemplo, afirma em seu inciso VI, do artigo 6º, que um dos princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial é o combate às discriminações por orientação sexual (BRASIL, 2012a), o que é um avanço, mas que ainda deixa de fora as discriminações por identidade de gênero.

Outra menção se faz na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais mostrando que existem dois serviços: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, de média complexidade e o Serviço de Acolhimento Institucional de alta complexidade, para pessoas que sofreram

preconceitos por orientação sexual (BRASIL, 2009a), novamente deixando de incluir as pessoas que sofrem violência pela sua identidade de gênero.

Assim, as pessoas LGBT estão inseridas na assistência social, embora as normativas, leis e projetos desta política não abordem, de forma clara e direta, as especificidades que essa parcela da sociedade apresenta (SOARES, 2012). Também não existe qualquer forma de recolher dados específicos sobre essa população, deixando assim as trabalhadoras da assistência social sem referência de como proceder para acolher essas pessoas (RIBEIRO, 2014).

Para tentar solucionar estas limitações, a lei distrital 5.835 de 11 de abril de 2017 foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. Ela versa sobre a divulgação de dados sobre violências que ocorrem contra mulheres, pessoas idosas, LGBT, crianças e adolescentes, pessoas negras e pessoas com deficiência (Brasília, 2017). A lei informa ainda que sua criação se deu com o intuito de fornecer dados para pesquisas e ações que combatam esse tipo de violência cabendo à Secretaria de Segurança Pública do DF divulgar os dados semestralmente. Além de contribuir, também para dar visibilidade aos crimes cometidos contra essas parcelas da população.

É importante esse apoio normativo às trabalhadoras da política de assistência social porque a LGBTfobia apresenta um risco para as pessoas LGBT. Preconceitos abrem portas para violências de todo tipo. Dessa maneira, abordar a LGBTfobia e saber como proceder diante de manifestações desse preconceito é parte que favorece a garantia de direitos da população LGBT.

Segundo Mello (et al, 2013) o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tem uma aproximação muito grande com as pessoas LGBT e atende as demandas deste grupo populacional, porém não adotam medidas para facilitar o acesso dessas pessoas aos programas e serviços da assistência social, utilizando o aspecto universalizante da Política de Assistência Social para justificar a ausência de regulamentos que norteiam os trabalhadores da assistência social no momento da oferta desses serviços. Isso se estende também para o conceito de família adotado por essa política.

O conceito de família adotado pela PNAS é o conceito de família estendida, não se limitando apenas à família conjugal (BRASIL, 2004). Ao adotar o conceito de família estendida, ela se refere a famílias monoparentais ou famílias em que os filhos são criados por outros parentes, que não os pais biológicos, logo, a política não faz menção às famílias formadas por pais/mães LGBT (SOARES, 2012). Embora esse autor aborde isso, na PNAS explica que família também é formada por laços de afinidade.

Quando a PNAS faz alguma menção às famílias que tem sua estrutura reconfigurada devido ao gênero, fala-se sobre a estrutura familiar quando as mulheres são as que proveem o sustento da família, enfrentando a concepção machista e patriarcal de que os homens deveriam dar o sustento. Uma abordagem importante, mas que deixa de lado as famílias formadas por pessoas transgênero (SOARES, 2012; RIBEIRO 2014).

Famílias estas que também precisam ser incluídas nessas normativas, para terem um acolhimento mais apropriado e com foco na sua complexidade, abordando os preconceitos que podem vir a acontecer, para fortalecer os vínculos afetivos entre os seus membros e favorecer o pertencimento dessas famílias na sua comunidade. Isso também é essencial para famílias que apresentam pessoas LGBT em sua composição, uma vez que essas pessoas, ao assumirem sua sexualidade ou identidade de gênero para suas famílias, podem ter seus vínculos de convivência e familiares fragilizados ou interrompidos.

Em 2009, houve a primeira conferência nacional LGBT, que ocorreu em Brasília – DF, e obteve como resultado a promulgação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (PNPCDH-LGBT). Esse plano não foi regulamentado por lei, então possui um critério mais de aconselhamento do que, de fato, de obrigação (MELLO, 2013; RIBEIRO, 2014).

O PNPCDH-LGBT apresenta uma série de propostas que visam garantir o acesso a direitos por parte da população LGBT, de maneira mais humanizada e adequada, sem qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 2009b). As principais propostas que se dirigem ao MDSA no âmbito da Política de Assistência Social são:

1.1.25. Reconhecer novos arranjos familiares, tais como as uniões homoparentais e os pares homoafetivos, para fins de aplicação da Política Nacional de Assistência Social.

2.1.10. Promover, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, dos governos estaduais e das secretarias estaduais de Assistência e Desenvolvimento Social, a discussão quanto aos direitos dos/das LGBT, junto à construção e implantação do SUAS –Sistema Único de Assistência Social.

2.2.8. Assegurar na política de assistência social interface para a população LGBT, sobretudo em programas de combate à fome e à pobreza.

2.2.9. Estabelecer políticas de inclusão da população LGBT nos programas de ação e desenvolvimento social, combatendo o estigma e a discriminação a essa população.

2.6.6. Garantir, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e do Conselho Nacional de Assistência Social, a inserção do recorte de orientação sexual e identidade de gênero na Política Nacional de Assistência Social a partir das ações de monitoramento e avaliação. (BRASIL, 2009b, p.40)

Como pode ser observado, uma dessas propostas aborda especificamente a ampliação do conceito de família na política de assistência social para incluir, também, as famílias LGBT, dando uma visibilidade que evidencie a existência dessas famílias e a importância de programas e serviços voltados para elas.

Essas configurações familiares têm crescido bastante. Segundo dados do IBGE (2013), existem aproximadamente 60.000 famílias formadas por casais do mesmo sexo no Brasil<sup>16</sup>. Isso se deve a uma maior liberdade para a manifestação da sua orientação sexual (ZAMBRANO, 2006). Por outro lado, o Grupo Gay da Bahia (2014) mostra que o Brasil é o País que mais mata pessoas LGBT no mundo, principalmente pessoas transexuais e travestis.

Esses dados mostram que, ao mesmo tempo em que se conquistam direitos, não se chega, ainda, a conseguir respeito pelas vidas das pessoas LGBT. Dessa maneira, se faz importante a criação de meios para conseguir elaborar estatísticas sobre pessoas LGBT na assistência social com a finalidade de garantir direitos e segurança para essas famílias e indivíduos (MELLO et al, 2013).

---

<sup>16</sup> Na publicação do IBGE, esse número mostra as famílias formadas por casais homoafetivos. Não esclarece se há pessoas transexuais e travestis envolvidas no cálculo da estatística.



No próximo capítulo, será tratado como o PAEFI aborda a temática LGBT. Busca-se identificar como as pessoas LGBT estão inseridas nesse serviço e compreender como a demanda trazida por essas pessoas é trabalhada tendo em vista as constantes negações de direitos a essa população. Será abordado, igualmente, o trabalho que o CREAS da Diversidade realiza com a população LGBT por meio do PAEFI no Distrito Federal.

### **Capítulo 3: O trabalho contra a LGBTfobia: o papel do CREAS da Diversidade no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos LGBT**

Esse capítulo abordará o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, trabalhando com as informações obtidas durante a realização de entrevista no CREAS da Diversidade. Há uma análise dos dados, sendo garantido o sigilo da profissional entrevistada.

Haverá a apresentação do CREAS da Diversidade do Distrito Federal, órgão responsável pela oferta do serviço para a população LGBT vítimas de violações de direitos, como também para pessoas que tiveram seus direitos negados por conta de sua raça/etnia e/ou pela sua religião. Será abordado um pouco da história do surgimento desse CREAS, pioneiro no Brasil, seus objetivos e como é o trabalho realizado por eles com segmentos populacionais que têm seus direitos negados diariamente.

Em um segundo momento, será abordado o PAEFI e sua relação com pessoas LGBT. Tenta-se responder como a LGBTfobia é trabalhada no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, pergunta norteadora da pesquisa. Busca-se, também, realizar críticas ao Caderno de Orientações Técnicas do PAEFI, que se encontra em realização desde 2013, como já mencionado anteriormente.

#### **1. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da Diversidade do Distrito Federal**

O Centro de Referência Especializado da Diversidade Sexual, Étnico Racial e Religiosa do Distrito Federal – CREAS da Diversidade surgiu em 2009. Na época, foi criado como um núcleo e recebeu o nome de Núcleo de Atenção à Diversidade e Enfrentamento à Intolerância Sexual, Religiosa e Racial (NUDIN). A criação do NUDIN, conforme aponta a entrevistada X<sup>17</sup> (2017), foi uma iniciativa da então

---

<sup>17</sup>O uso do X serve para preservar o sigilo da pessoa entrevistada, garantindo assim que não se tenha a exposição da mesma.

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Eliana Pedrosa:

Ela importou, digamos assim, essa tecnologia social de umas visitas que ela fez em umas comunidades mais vulneráveis, digamos assim, do Rio de Janeiro. Ela achou muito bacana essa proposta desses núcleos vinculados as secretarias municipais e da própria secretaria estadual de assistência social. E aí foram criados vários núcleos, como o de população de rua, para combater o trabalho infantil e tinha esse nosso núcleo específico que se chamava NUDIN, que era um núcleo de atendimento especializado pra (sic) pessoas em situação de discriminação étnico racial, religiosa e sexual (entrevistada X).

Foi formulado na tentativa de combater a LGBTfobia, o racismo, xenofobia, a intolerância religiosa, entre outros modos de discriminação realizados contra segmentos que são estigmatizados pela sociedade. Porém, isso foi criticado pelas trabalhadoras que foram chamadas para compor a equipe técnica, pois elas acreditavam que as ações não deveriam ser no sentido de combater e sim “trabalhar com políticas de enfrentamento, com viés mais educativo e libertário, para fazer as pessoas entenderem as diferenças humanas (...) não sejam sinônimos de desigualdade” (Entrevistada X).

O núcleo era vinculado aos serviços de média complexidade ofertados pela Política de Assistência Social e atendia todo o Distrito Federal. O NUDIN foi a “primeira instituição pública a oferecer um serviço especializado de atendimento às demandas LGBT” (BRITO, 2014, p. 95). Por causa disso, houve uma dificuldade de entender como o serviço funcionaria, como os instrumentais seriam elaborados e o que esperavam como retorno das atividades prestadas. Dessa forma, as profissionais lotadas no Núcleo, uma coordenadora, uma assistente social e duas psicólogas, realizaram reuniões com a Gerência de Média Complexidade da, na época, SEDEST e incluíram também a participação dos movimentos sociais LGBT, de raça e etnia e de religiões diversas para que os instrumentais refletissem a realidade das suas usuárias.

Segundo a Entrevistada X, desde a formação do núcleo, ele tinha (e hoje o CREAS ainda tem) uma dubiedade de funções. Isso ocorre, pois as pessoas que eram/são atendidas não conseguiam/conseguem acessar o CRAS devido aos preconceitos existentes, tanto institucionais, quanto das profissionais que as

atendia/atendem. A LGBTfobia<sup>18</sup> institucional é “a forma como as instituições reproduzem, por ação ou omissão, condutas homofóbicas” (FEITOSA, 2016). Ou até mesmo, por haver um entendimento por parte dos profissionais de que é trabalho do CREAS atender pessoas LGBT. Contudo, a Entrevistada X afirma que isso não é verdade, uma vez que essas pessoas também têm direitos na proteção social básica que precisam ser garantidos.

Nessa perspectiva, Brito (2014) argumenta que o CREAS da Diversidade atua como um CRAS e um CREAS para pessoas LGBT, pois ofertam serviços da proteção social básica e da proteção social especial, explicitando as questões de preconceitos e discriminações de identidades de gênero, orientação sexual, raça, etnia e religiosa. A autora também traz em sua pesquisa depoimentos de pessoas trans que foram discriminadas em outros órgãos da Assistência Social, não conseguindo, inclusive, fazer a inscrição no Cadastro Único do SUAS (BRITO, 2014), que é a porta de entrada na Política de Assistência Social. O que acontece, então, com as pessoas LGBT é uma constante violação de direitos.

A entrevistada X comenta ainda que, com essa invisibilidade dada às demandas de pessoas LGBT nos outros CREAS, uma vez que eles “não atendem essas especificidades, eles só atendem pessoas cisgênero e seus problemas de cisgênero” e que “eles acabam sendo engolidos por outras demandas e acabam não atendendo de maneira especializada a população LGBT”, houve a necessidade da criação de um serviço que atendesse de forma especializada a população LGBT. Sendo assim há a criação do NUDIN, sendo publicado na portaria nº 157, de 19 de novembro de 2010, questões sobre o seu funcionamento e objetivos.

Por atender as demandas vindas de todo o Distrito Federal, o serviço criou “uma proporção descomunal” (entrevistada X), ou seja, recebeu uma demanda intensa de atendimentos. Dessa forma, as profissionais identificaram que a forma de organização do serviço em núcleo já não abarcava as funções que executavam; que eles já estavam até fazendo “serviços de CRAS e de CREAS” (entrevistada X). Por

---

<sup>18</sup> O autor utiliza homofobia ao invés de LGBTfobia. Entretanto, o sentido da palavra foi o da LGBTfobia. Como essa pesquisa utiliza o termo LGBTfobia em vez de homofobia ao se referir ao preconceito sofrido por pessoas LGBT, optou-se pelo uso de LGBTfobia institucional na explicação e permaneceu-se com o uso do termo homofobia na citação direta da obra do autor.

isso, encaminharam um pedido para o Ministério de Desenvolvimento Social, pautado até mesmo na existência de outros CREAS que já atendiam populações específicas em outros estados, para que o NUDIN virasse um Centro de Referência Especializado.

Com o atendimento do pedido, houve a formulação da matriz dos serviços socioassistenciais que seriam ofertados no CREAS da Diversidade com base na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Dessa forma, houve um

reordenamento do serviço. Então foi um processo mais de readequar a realidade que já vivenciávamos, mas que os nossos documentos não estavam consoantes com o que nós tocávamos. Então foi um processo de 6 meses pra (sic) adequar o projeto técnico operacional e todos os outros documentos necessários. Pós oficialização, saiu no DODF que estávamos gabaritados para ser um CREAS (Entrevistada X).

Dessa maneira, em 2013 o NUDIN passa a se chamar Centro de Referência Especializado da Diversidade Sexual, Étnico Racial e Religiosa – CREAS da Diversidade. O CREAS é um “serviço de caráter transversal estrategicamente situado no âmbito da Subsecretaria de Assistência Social com ações nas Proteções Social Básica e Especial, operacionalizado de modo intersetorial, transversal e interdisciplinar” (BRASÍLIA, 2013, p.1).

Ele desenvolve ações que visam atender pessoas que foram vítimas de discriminação sexual, étnico racial e religiosa, bem como as suas famílias (BRASÍLIA, 2013). Esse fator - de trabalhar com populações específicas - é o que difere o CREAS da Diversidade dos outros CREAS. Dessa forma, o CREAS da Diversidade tem uma atuação voltada para “preservar e fortalecer as identidades sexuais, étnico/raciais e religiosas, observando as potencialidades individuais e respeitando a heterogeneidade existente nas identidades dos indivíduos” (BRITO, 2014, p.96).

Sendo assim, o CREAS se articula com todos os órgãos da Política de Assistência Social, com os movimentos sociais e com as demais políticas públicas, inclusive com os órgãos de defesa de direitos, como o Ministério Público, entre outros (BRASÍLIA, 2013), até mesmo para garantir o pleno exercício da cidadania para as pessoas que se encontram referenciadas no órgão, conquistando direitos.

Para conseguir isso, o CREAS da Diversidade tem como objetivos

Restaurar, fortalecer e preservar a identidade no que diz respeito à diversidade sexual, étnico racial e religiosa;

Garantir a inclusão das pessoas e suas famílias no sistema de Proteção Social e demais Políticas Públicas de Garantia de Direitos;

Romper com padrões violadores de direitos no interior da família e em outros contextos sociais;

Promover condições de empoderamento das pessoas atendidas e de suas famílias, com vistas à autonomia e superação das violações de direitos;

Fortalecer a função protetiva da família, visando assegurar o convívio familiar, comunitário e social;

Prevenir a reincidência de violações de direitos e garantir a reparação de danos.

O CREAS da Diversidade deve ainda dispor de espaço físico adequado à realização dos atendimentos, seguindo as normas da ABNT (BRASIL, 2011). Porém, a entrevistada X faz uma observação quanto à condição do espaço de que “para deixar esse espaço humanizado, foi muita luta, mas, se você observar, tem pedaço de fio aparecendo, tomada desencapada”. É como se o estado não se importasse com as condições em que o serviço é ofertado. A entrevistada completa: “então, se os governantes tivessem responsabilidade, nós não estaríamos desse jeito”. De fato, ao analisar a ficha do Censo SUAS, que é realizado anualmente coletando dados acerca dos atendimentos realizados nos órgãos da Política de Assistência Social abarcando, inclusive, informações acerca das condições da infraestrutura em que o órgão se encontra, pode-se inferir que o Estado tem conhecimento dos problemas de estrutura que cada Centro de Referência possui.

Sendo assim, a não disponibilização de verbas para reformas e reparos por falta de conhecimento não se justifica. Pode ser que seja por falta de dinheiro, uma vez que o financiamento da assistência social é feito por meio de cofinanciamento da União, dos Estados e dos Municípios (BRASIL, 1993). Porém, um governo que perdoa uma dívida de 20 bilhões de bancos<sup>19</sup>, não pode reclamar da falta de verba para reformar os CREAS.

---

<sup>19</sup>REVISTA FÓRUM. Temer perdoa dívida de mais de R\$ 20 bilhões de sonegação do Itaú. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2017/04/16/temer-perdoa-divida-de-mais-de-r20-bilhoes-de-sonegacao-do-itaui/>. Acesso: 20 mai 2017

Além do espaço físico, o CREAS da Diversidade, segundo sua matriz (2013), que é padronizada pela tipificação nacional, deve ter sua equipe técnica formada por 1 coordenadora, 2 assistentes sociais, 2 psicólogas, 1 assistente técnica, 1 assessora técnica, 1 pedagoga, 1 educadora social, 1 advogada, 6 profissionais de nível superior ou médio e 2 auxiliares administrativas (BRASÍLIA, 2013). Todavia, a realidade é outra, a entrevistada informou que estão lotadas no CREAS uma assistente social, duas psicólogas, uma coordenadora e duas agentes sociais. Ou seja, o CREAS da Diversidade apresenta uma quantidade insuficiente de equipe técnica.

A questão da falta de equipe técnica interfere em todas as atividades previstas na matriz do CREAS da Diversidade. Uma dessas atividades é a capacitação técnica de outras profissionais do SUAS sobre a temática que deles fazem jus. O projeto se chama “Café com o CREAS da diversidade”. A entrevistada X afirma que a recepção por parte das outras pessoas, pela capacitação para demandas LGBT é bem aceita, porém o projeto não é feito com frequência por que, além da falta de pessoal, a temática não é colocada como prioridade por parte da SEDESTMIDH<sup>20</sup>, por se tratar de questões que deveriam estar sendo atendidas em todos os CREAS. Além disso, por a demanda emergencial ser tão grande,

trabalhar com as ações educativas, sendo que você tem algo emergencial ali, pressuporia um tempo pra (sic) planejamento (...) então o que falta é nos amadurecermos pro planejamento dessas ações e termos mais corpo de profissionais aqui no CREAS, porque hoje, eu não posso me dar o luxo de sair daqui do CREAS(...) então assim, há um desejo, há uma vontade, há uma sensibilização por parte dos gestores de capacitar a ponta, mas ainda nos falta (...) o manejo para que essas ações sejam planejadas.

O atendimento realizado pelo CREAS da Diversidade é pensado e compartilhado com outros órgãos e adota a perspectiva de que aqueles casos são compostos por pessoas que se encontram em situações que demandam urgência e empatia dos funcionários do CREAS, e não apenas números originados que esperam por uma resposta (Entrevistada X). Para acessar o CREAS da Diversidade as pessoas devem ter seus direitos violados por causa da “discriminação e não reconhecimento

---

<sup>20</sup> SEDESTMIDH é a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Foi criada pelo decreto nº 36.832/2015 que unificou a secretaria de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social.

da identidade de gênero, por orientação sexual, identidade étnico racial e/ou religiosa, e suas famílias”. (BRASÍLIA, 2013, p. 9).

As pessoas têm acesso ao CREAS da Diversidade por diversos meios. Pode ocorrer tanto por via de encaminhamentos de outros órgãos da política de assistência social, quanto de outras políticas sociais e órgãos de segurança pública, como também, por demanda espontânea, ou por meio de palestras, ou porque uma amiga indicou, entre outros meios compostos da rede de apoio dela (Entrevistada X).

O CREAS da Diversidade tem o impacto social esperado de contribuir para quebrar os estigmas existentes sobre raça, etnia, identidade de gênero, orientação sexual e religiões no geral. Tem o intuito de eliminar os preconceitos e garantir proteção social e acesso a direitos para os indivíduos nele referenciados e suas famílias, buscando melhorar a vida e relações sociais destas (BRASÍLIA, 2013).

Após o exposto sobre as funções do CREAS da Diversidade e os serviços que oferta, no próximo tópico será abordado como o PAEFI é ofertado para a população LGBT que é referenciada no CREAS da Diversidade do Distrito Federal, como o PAEFI colabora para a desmistificação dos temas referentes à sexualidade nas famílias e como ele garante direitos a população LGBT.

## **2. Famílias e pessoas LGBT no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI.**

Como já abordado no capítulo anterior, o PAEFI é um serviço voltado para pessoas que se encontram em “situações de ameaça ou violação de direitos” (BRASIL, 2013). Entre diversas situações que já foram mencionadas, a LGBTfobia se configura como um fator que insere as famílias e pessoas LGBT na condição de usuárias do serviço (BRASIL, 2011). Dessa maneira, é correto afirmar que o preconceito contra pessoas LGBT, coloca essas pessoas em vulnerabilidade social.

Assim como todos os preconceitos, a LGBTfobia tem relação direta com a vulnerabilidade social, uma vez que coloca suas vítimas em condições de não acesso a direitos. Neste trabalho, a palavra direitos é compreendida não só como direitos sociais, mas como também, os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Ou seja, todos aqueles direitos que garantem a dignidade humana



(GOMES, FREITAS, 2010) e a cidadania.

Muitas autoras já pesquisaram sobre a falta de políticas públicas de inclusão de pessoas LGBT em variados serviços. Mello et al. (2013) afirma que as políticas públicas relativas a trabalho, assistência social e previdência social são minoritárias ao assegurar direitos à população LGBT no Brasil. Além disso, “no trato das ações para a população LGBT reitera-se a valorização de políticas de caráter universalista” (MELLO et al, 2013), algo que também já foi explicitado no capítulo anterior.

Na saúde, como apontado por Ferreira (2016) há, além da LGBTfobia institucional, uma falta de preparo/conhecimento das equipes de saúde para atender as especificidades da população LGBT, principalmente da população trans e travesti. A capacitação para atender essas pessoas está inclusive nos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT. Há um curso de capacitação na plataforma online da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS), que visa auxiliar o atendimento a pessoas LGBT para garantir acesso à saúde. Contudo, não é muito divulgado e conhecido.

Ainda na temática da saúde Bittencourt, Fonseca e Segundo (2014) em pesquisa realizada com os movimentos sociais LGBT, que estes

Apontam como problemas enfrentados na saúde Entre as questões apontadas pelo movimento e pelas ONG, estão a estigmatização desta população (percebida, muitas vezes, apenas a partir da ótica da vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, em especial, à Aids), elementos de homofobia, transfobia e lesbofobia e desinformação quanto a especificidades e direitos desta população. Estas formas de preconceito ou desinformação se revelam em questões como falta de integralidade no atendimento, culpabilização do/a usuário por adquirir alguma doença, desconsideração do nome social para atendimento às travestis e não reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos desta população, entre outras (BITTENCOURT, FONSECA; SEGUNDO, 2014, p. 62).

Dessa forma, fica evidente a vulnerabilidade social que é enfrentada pela população LGBT. O PAEFI, ao atender pessoas LGBT, precisa entender essa complexidade que a situação pede (BRASIL, 2013). Ainda mais que, durante o atendimento, é preciso serem trabalhadas todas as outras demandas que as usuárias trazem, pois, como a entrevistada comenta,

nós trabalhamos com pessoas LGBT que são negras, que são indígenas, que tem religiões de matrizes africanas, então tem toda uma série de violações e de não possibilidade para que aquelas pessoas existam que elas têm que enfrentar no cotidiano (Entrevistada

X).

Assim, o atendimento a pessoas LGBT é bastante complexo. A entrevistada X comenta que toda conquista realizada no CREAS da Diversidade é bastante comemorada, pois enquanto esse órgão consegue promover o acesso a um direito, algum outro órgão age com LGBTfobia institucional sob aquela pessoa. Porém, ela aponta ainda que, embora seja difícil trabalhar

não podemos parar de garantir esses direitos, porque é aí que tem o resfôlego, é aí que nós agimos numa contra hegemonia e que nós possamos ver mais pessoas LGBTs empoderadas e ocupando todo e qualquer espaço (entrevistada X).

Além dessas dificuldades apresentadas, há também uma falta de apoio normativo sobre como proceder com as pessoas LGBT no PAEFI. Conforme dito anteriormente, desde 2013 está em processo de elaboração um caderno de orientações técnicas para esse serviço. Desse modo, as profissionais que trabalham na oferta desse serviço ficam sem uma base de como proceder diante de algumas situações que são postas pelas pessoas LGBT. Nesse sentido, seria importante o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário concluir a confecção desse documento.

Entretanto, há um questionamento a ser realizado sobre esse Caderno. Ele se apresenta bastante inclusivo, abordando constantemente as situações de LGBTfobia e afirmando que estas devem ser atendidas pelas profissionais (BRASIL, 2013). Entretanto, ao abordar as especificidades do trabalho social com os diversos públicos e situações, não há menção sobre como proceder diante das demandas trazidas por pessoas LGBT, deixando essa população sem amparo especializado.

Conforme o exposto, o PAEFI trabalha no atendimento de pessoas LGBT que sofreram LGBTfobia, racismo, intolerância religiosa, entre outras violações de direitos por serem LGBT. Esse serviço, ao atender essa população tem como objetivo

trazer um sentimento mesmo de ressignificação dessa situação de violência para que ela possa exercer plenamente sua cidadania. (...) o básico é isso. Pra (sic) que ela possa acessar direitos sociais, direitos reprodutivos, a cultura, alimentação, educação. Acho que é alargar a perspectiva da garantia de direitos numa política não assistencialista, mas sim de ressignificação dessa situação de violência (Entrevistada X).

As usuárias chegam ao PAEFI por diversos meios, como por exemplo,

demandas espontâneas, encaminhamentos de outros órgãos da rede socioassistencial e/ou de órgãos de defesa de direitos. Como já abordado anteriormente, as demandas se compõem de interseccionalidades existentes de acordo com cada situação. A LGBTfobia é transversal a diversas outras formas de opressões sociais. Isso ocorre devido a estarmos inseridos em um

sistema que não dialoga com as diversidades. De um sistema que tá aí pra permanecer uma elite branca, heterossexual, cristã judaica. Então tem toda uma base piramidal desse sistema de exploração social, e nós vemos que quem tá na base já traz consigo todas essas interseções, (...) então é algo que não passa despercebido nos nossos instrumentais, nos nossos processos de trabalho, nos atendimentos (Entrevistada X).

Ao ser perguntada se o PAEFI consegue suprir as demandas, a Entrevistada X, afirma que sim. Segundo ela, isso acontece, pois estão constantemente criando mecanismos para atender as demandas que aparecem, principalmente as atividades em grupo, que têm dado uma resposta muito positiva. No entanto, ela aponta ainda que, pela falta de profissionais, a oferta do PAEFI fica comprometida:

só que hoje assim, o PAEFI executado aqui, com essa quantidade de famílias que atendemos, com essa quantidade de profissionais (...) então nós vemos que precisa qualificar o profissional, mas que também precisamos de maior material humano, mais contratação, porque vai chegar um ponto que não vamos mais conseguir executar o PAEFI, vamos ficar só enxugando gelo de demanda (Entrevistada X).

Essa fala da entrevistada endossa a ideia de que, se não houver novas contratações e investimentos por parte do governo na equipe técnica do PAEFI, o serviço estará funcionando apenas por funcionar, sem ter uma efetividade. Ou seja, sem proporcionar as aquisições para as usuárias do serviço e sem atingir todos os seus objetivos e impactos sociais esperados.

Essa falta de profissionais se observa ainda mais se analisarmos que o caderno de Orientações Técnicas do PAEFI dispõe que, voltada para a prestação desse serviço, “cada equipe técnica composta por 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo, e 01 (um) advogado terá capacidade de acompanhamento de, no máximo, 50 famílias simultaneamente” (BRASIL, 2013, p. 45). Esse mesmo documento, afirma que ao ultrapassar desse limite de 50, a equipe deve ser ampliada. Se chegar a 80 casos a equipe deve ser composta por “1 coordenador (CREAS); 2 assistente social

(sic); 2 psicólogo (sic); 1 advogado; 4 profissionais de nível superior para abordagem de rua; 2 auxiliares administrativos" (BRASIL, 2013, p.46).

Com o acima disposto, vale observar o seguinte: o CREAS da Diversidade, no mês de agosto de 2016, atendeu 194 pessoas LGBT<sup>21</sup> com a equipe técnica que ela possui. Sendo assim, essa equipe, sozinha, está fazendo o trabalho que, aproximadamente, 3 equipes fariam, sem possuir pedagogas e advogadas em sua equipe técnica. Assim, as profissionais do CREAS estão sobrecarregadas, não conseguindo, inclusive atender todas as demandas que chegam, formando uma demanda reprimida de quase 80 famílias para o PAEFI.

A entrevistada X afirma que esse é um problema que pode ser resolvido com “maior material humano, mais contratação”. O último concurso realizado para a SEDESTMIDH foi em 2009. Desde então, muitos profissionais trocaram de empregos, pediram exoneração, aposentaram; e sem a realização de novos concursos públicos, o serviço ficou defasado. É preciso que se tenha mais contratação pois “nós trabalhamos com situações de emergência; se as pessoas acessam a Política de Assistência Social é porque elas precisam” (Entrevistada X).

No CREAS da Diversidade, as pessoas referenciadas no PAEFI participam de 4 grupos de convivência. O primeiro deles é o grupo “Tissuru”, que é o grupo de convivência que realiza reuniões quinzenalmente. É previsto um encontro do grupo nas dependências do CREAS da Diversidade e um externo, de turismo. Esse grupo é auto organizado pelas pessoas que dele fazem parte: “eles mesmos organizam o calendário e os passeios” (Entrevistada X). O segundo, é um grupo que é voltado para pais e mães de famílias das pessoas LGBT. É direcionado principalmente para aqueles que têm dificuldades de entender a orientação sexual e identidade de gênero de suas filhas. É um grupo que é realizado em parceria com o coletivo “Mães pela Diversidade” e é realizado uma vez por mês. O terceiro grupo é voltado para meninos trans que, por conta da falta de profissionais, ainda não houve reuniões esse ano.

---

<sup>21</sup> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Registro Mensal de Atendimentos do CREAS. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/estrutura\\_fisica/rel\\_preenchidos\\_creas\\_agregado.php?&p\\_id\\_creas=53001098334#](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/estrutura_fisica/rel_preenchidos_creas_agregado.php?&p_id_creas=53001098334#). Acesso: 16 maio 2017

Porém, as profissionais estão tentando se organizar para, até junho chamarem os participantes de volta para ouvir as demandas. Esse grupo é realizado em parceria com o IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidade. Finalmente, o quarto grupo, que é mais recente, é o grupo “Costurando vidas, seguindo em frente” que é previsto para o desligamento das pessoas que já estão sendo atendidas pelo CREAS há mais de 4 anos.

As atividades realizadas no PAEFI com pessoas LGBT são as mesmas realizadas no geral, só que com enfoque na questão que gerou a violação dos direitos, que é a LGBTfobia. Dessa forma, as atividades compreendem as ações que proporcionem atingir os objetivos do serviço no que se refere a uma redução ou até mesmo, na eliminação da LGBTfobia na sociedade, principalmente, na comunidade em que a usuária faz parte.

Dessa forma, o trabalho com as famílias de pessoas LGBT se faz necessário, pois a LGBTfobia familiar está entre as maiores causas de violência LGBT (BRASIL, 2013), até mesmo pelo trabalho com famílias ser umas das formas para atingir o objetivo do PAEFI de contribuição no papel de proteção da família fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva (BRASIL, 2009).

As usuárias, ao serem referenciadas, passam por 3 momentos de atendimento. O primeiro é um individual, que acontece com as pessoas que sofreram a violência, o segundo é um atendimento com as famílias e, por último, um atendimento conjunto. Quando há a ruptura do vínculo familiar, o CREAS da Diversidade tenta fazer um resgate dessa convivência que traga de volta pelo menos o respeito. A entrevistada X destaca que o Grupo Mães pela Diversidade tem sido uma grande fonte de apoio para esses atendimentos com as famílias.

O grupo Mães pela Diversidade é um coletivo nacional, que surgiu em 2011. Na época, tinha o nome de Mães pela Igualdade. É um grupo composto por mães e pais de pessoas LGBT. O grupo funciona como um coletivo político e também como um espaço de acolhimento e de propagação de informações para outras mães e pais de indivíduos LGBT (Figueiredo, 2016).

A entrevistada X aponta que a atuação do Mães pela Diversidade tem contribuído bastante para a desmistificação da LGBTfobia, pois “a reverberação vai

ser muito positiva porque são pares trocando com seus pares” (Entrevistada X). Dessa forma, há uma troca de experiências e há apoio prestado pelas mães e pais do coletivo com as mães e pais de LGBT acompanhadas pelo PAEFI. Essa ação inclusive colabora com os atendimentos realizados em cada caso.

Tem coisas que elas vão para o grupo, que elas falam no atendimento individual, que a gente tem que tentar trabalhar e que muitas vezes não tem ressonância. E aí quando elas escutam outras mães falando que sofreram a mesma situação e que tentaram ressignificar e que hoje vivem muito bem com seus filhos, elas chegam no atendimento com o pensamento diferente, muitas ainda chegam resistentes, mas já chegam repensando suas violências (Entrevistada X).

Como cada caso é um caso. A entrevistada afirma que o atendimento, quando aborda a LGBTfobia familiar, muda de acordo com as concepções que cada família tem sobre a questão LGBT:

Porque quando a família já tem um membro LGBT, é bem mais fácil fazer essa mediação de conflito. E quando é uma família mais heteronormativa, já envolve outros complicadores, inclusive mais voltados para a questão da religiosidade (Entrevistada X).

Dessa forma, é necessário que se tenha uma inclusão do debate sobre a diversidade sexual nos espaços de convivência das pessoas, como nos trabalhos, nas escolas, nos espaços políticos, para que se criem meios de desmistificar as questões referentes a orientações sexuais e identidade de gênero e tornar mais fácil o processo de aceitação da família quando seus membros se assumem LGBT.

A entrevistada pondera que a dificuldade das mães e pais em compreender a sexualidade e a identidade de gênero de suas filhas deriva também das expectativas e projeções que tinham para elas. A preocupação com os preconceitos que suas filhas possam vir a sofrer também se torna evidente nos atendimentos.

O PAEFI, dessa maneira, consegue melhorar e contribuir para a questão da LGBTfobia familiar. Porém, no que se refere à LGBTfobia como um todo, a entrevistada afirma que apenas ele não resolve, que “precisa de uma série de outros mecanismos também” e aponta que o próprio PAEFI precisa ser recapacitado dentro das possibilidades de atribuições, uma vez que não tem como afirmar que todos os outros CREAS possuem o olhar que o CREAS da Diversidade tem para essas temáticas. Assim, a Entrevistada X explica que

tem que existir o PAEFI, porque sem ele não teria como, mas é preciso criar toda uma possibilidade de você também não fazer com que as

peças acessem os equipamentos da Política de Assistência Social simplesmente porque elas tão vivenciando uma situação de violência, de violação (Entrevistada X).

Condiz também com a falta de serviços para a população LGBT na Política de Assistência Social. Não existe acesso aos serviços da proteção social básica para esse público (BRITO, 2014). Isso ocorre devido a diversos entendimentos, inclusive o de que a população LGBT apresenta demanda de CREAS, o que é um entendimento equivocado. Principalmente, se levar-se em conta o fato de que o CREAS, na oferta do PAEFI, não trabalha com a prevenção de situações de violações de direitos, ao tempo em que o CRAS trabalha, uma vez que o PAIF é destinado justamente para essas demandas (CARVALHO, 2016).

Ao analisar os cadernos de orientação do PAIF é evidente que eles abordam a temática da LGBTfobia. Formaliza-se, assim, que pessoas LGBT têm direito de inserção no PAIF e que esse serviço deve atuar na prevenção de situações LGBTfóbicas, principalmente a LGBTfobia familiar, uma vez que esse serviço é voltado para famílias (BRASIL, 2012). Porém, como Brito (2014) afirma, isso não ocorre.

A entrevistada X analisa que, se o PAIF atendesse a população LGBT, as práticas contra a LGBTfobia poderiam ter um alcance muito maior. Porém como ele não atende e o CREAS da Diversidade não consegue abarcar essa demanda, as situações são agravadas, uma vez que

nós trabalhamos, porque em tese, onde o trabalho de prevenção não atende, a especial atende. Onde a especial atende, mas não consegue chegar, ela vai pro serviço de alta complexidade, que é onde já perdeu todos os vínculos comunitários e familiares (Entrevistada X).

Dessa forma, as trabalhadoras do SUAS, têm o potencial de contribuir para uma mudança societária,

o nosso projeto profissionais trabalhadores do SUAS é um projeto societário. Nós estamos trabalhando para mudar uma sociedade. Para mudar uma ótica perversa, uma ótica paternalista, uma ótica que não olha para seus iguais como iguais (Entrevistada X).

Essa mudança não compete apenas às trabalhadoras do SUAS. As ações desenvolvidas por elas são muito importantes, mas depende do Estado brasileiro, enquanto um estado democrático de direito, garantir a “inviolabilidade do direito à vida” (BRASIL, 1988) assim como todos os direitos fundamentais, às famílias LGBT.

## Considerações Finais

A Política de Assistência Social insere as famílias e pessoas LGBT no seu caráter universalizante. O único serviço voltado para essa população no âmbito dessa política no Distrito Federal é o CREAS da Diversidade. Esse órgão pioneiro, ao executar a oferta do PAEFI, faz um trabalho com base na empatia no acolhimento, um trabalho humanizado que tem gerado grandes vínculos.

Isso é perceptível devido ao grande número de reuniões que são realizadas pelas usuárias do serviço com o objetivo de oferecer melhores condições de trabalho para as profissionais lotadas no referido CREAS. Um local que, ao receber a informação de que a pesquisa seria realizada, se prontificou a ajudar a realiza-la e prestar todas as informações necessárias para a realização do presente trabalho.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso teve o objetivo de identificar como o PAEFI aborda a questão da LGBTfobia com famílias e pessoas LGBT e famílias que tenham pessoas LGBT em sua composição. O objetivo da pesquisa foi alcançado, uma vez que foi dada a resposta da pergunta de pesquisa. A LGBTfobia é trabalhada de forma individual e coletiva, por meio de atendimentos especializados que são compartilhados com uma rede de proteção de direitos.

Entretanto, a pesquisa encontrou dificuldades e enfrentou problemas. Não houve a escuta do ponto de vista das usuárias do serviço. Isso se deu pelo motivo da pesquisa não ter sido submetida para avaliação no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas. Além da limitação do tempo, acreditou-se não precisar da submissão, uma vez que inicialmente, pensou-se em realizar apenas visitas institucionais e, em seguida, mudou-se para entrevistas, impossibilitando o envio ao comitê por causa do tempo disponível para a realização do trabalho

Houve também uma troca de campo de pesquisa. O TCC inicialmente era para ser realizado na proteção social básica, analisando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias - PAIF, mas, por diversos fatores, como a falta de conhecimento suficiente sobre o PAIF, a falta de tempo para poder retomar a pesquisa inicial, uma vez que o TCC precisa ser realizado em apenas 4 meses e o não



entendimento das trabalhadoras do SUAS de que pessoas LGBT devem estar na proteção social básica, contribuíram para uma mudança de foco para o PAEFI.

Entretanto, há interesse do pesquisador em continuar com o estudo, principalmente para contemplar as falas das usuárias do PAEFI. Porém, a identificação de que o PAIF tem capacidade para atender a população LGBT e que não está atendendo, desperta a necessidade de pesquisar esse movimento. Algo que poderá ser levado a estudo em um mestrado.

Por meio da pesquisa bibliográfica, evidenciou-se a falta de produções científicas acerca da temática LGBT na Política de Assistência Social. É necessário que se tenha produções sobre esse assunto, uma vez que é importante evidenciar as falhas e problemas da política, para corrigi-los e superá-los e, assim, garantir que pessoas LGBT tenham acesso aos seus direitos.

A pesquisa de campo possibilitou conhecer a realidade do PAEFI. Possibilitou também, enxergar de forma mais evidente, como as profissionais estão sobrecarregadas de trabalho e o tanto que a Política de Assistência Social precisa melhorar para atender as populações estigmatizadas por gênero, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, religião, entre outros.

Por fim, percebe-se que a necessidade de apoio por parte do governo para que se tenha um atendimento que promova o acesso aos direitos tanto para a usuária do serviço, quanto para a profissional, é grande. Percebe-se que as servidoras se encontram desmotivadas devido à grande dificuldade de conseguir atender demandas urgentes por causa da má gestão da política.

A necessidade da valorização da profissional, assim como a necessidade de serviços que colaboram com a eliminação da LGBTfobia estão interligados, uma vez que condições melhores de trabalho possibilitam uma qualidade de vida melhor para suas servidoras, se há condições melhores de trabalho, há a possibilidade de uma política melhor estruturada para que se atenda as demandas das pessoas LGBT.

## Referências

ABGLT. Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexual, Travestis e Transexuais. Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil. Curitiba – PR. 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> Acesso em: 15 mar 2017.

ALAYÓN, Norberto. Introduccion y el assistencialismo, lo assistencial y la politica social (Cap IV). In: Asistencia y assistencialismo ? Pobres controlados o erradicación de la pobreza? – 4ª ed. Buenos Aires: Lumen, 2008.

ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. Sociologias, Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000, p.274-305. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11.pdf>>. Acesso em: 18 set 2016

ANOREG. Associação dos Notários e Registradores do Brasil. Casais homoafetivos procuram cartórios para oficializar união no DF. 2016. Disponível em: <[http://www.anoreg.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26890:casais-homoafetivos-procuram-cartorios-para-oficializar-uniao-no-df&catid=52:anoreg-na-midia&Itemid=184](http://www.anoreg.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26890:casais-homoafetivos-procuram-cartorios-para-oficializar-uniao-no-df&catid=52:anoreg-na-midia&Itemid=184)>. Acesso em: 21 mai 2017

ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre divisão sexual do trabalho. In: TEIXEIRA, Marlene. ALVES, Maria Elaene Rodrigues (orgs.) Feminismo e Gênero: Desafios para o Serviço Social. Abaré Editorial. Brasília. 2015

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. Cortez, 2010.

BITTENCOURT, Danielle. FONSECA, Vanessa. SEGUNDO, Márcio. Acesso da população LGBT moradora de favelas aos serviços públicos de saúde: entraves, silêncios e perspectivas. Revista Conexões Psi. v. 2, n. 2, p. 60-85, jul./dez. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: < <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/view/542/504>>. Acesso em: 15 mai 2017

BONASSI, Bruna Camillo. AMARAL, Marília dos Santos. TONELI, Maria Juracy Filgueiras. QUEIROZ, Mariana Amaral. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. Quaderns de Psicologia. V. 17, n 3. 2015. Disponível em: < <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-camillo-dossantos-filgueiras-et-al>>. Acesso em: 14 nov 2017

BONI, Valdete, QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: < [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/aprendendo\\_a\\_entrevistar\\_como\\_fazer\\_entrevistas\\_em\\_ciencias\\_sociais.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/aprendendo_a_entrevistar_como_fazer_entrevistas_em_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em: 19 set 2016

BORILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO; DINIZ, D (Orgs.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009, p.15-46.

BRASIL. Constituição Brasileira de 1988, Brasília, DF, Senado Federal 2009.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília: MDS, 2009a.

BRASIL. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS*. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Acesso em: 20 abr 2017

BRASIL. *Orientações Técnicas: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)*. Versão Preliminar. Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2013

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, Brasília, 2012a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Orientações técnicas sobre o PAIF. Vol 1 . Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Legislação LGBT. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/legislacao>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/1993. (Com as alterações da Lei 12.435/2011).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Registro Mensal de Atendimentos do CREAS. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/estrutura\\_fisica/rel\\_preenchidos\\_creas\\_agregado.php?&p\\_id\\_creas=53001098334#](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/estrutura_fisica/rel_preenchidos_creas_agregado.php?&p_id_creas=53001098334#). Acesso: 16 maio 2017

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília, 2009b. Disponível em: < <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 08 set 2016.

BRASILIA, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal. CENTRO DE REFERÊNCIA DA DIVERSIDADE. **Matriz Padronizada do Centro de Referência da Diversidade**, Brasília – DF, 2013.

BRASILIA. Lei distrital 5.835 de 11 de abril de 2017. Disponível em: [http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/04\\_Abril/DODF%20073%2017-04-2017/DODF%20073%2017-04-2017%20INTEGRA.pdf](http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2017/04_Abril/DODF%20073%2017-04-2017/DODF%20073%2017-04-2017%20INTEGRA.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2017

BRITO, Helena Godoy. O acesso e garantia de direitos da população transgênero à política de assistência social. 2014. 184f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB). Brasília – DF, 2014. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/9691>>. Acesso em: 10 set 2016

CAMPOS, Marta Silva. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, Regina Célia Tamasso. CAMPOS, Marta Silva. CARLOTO, Cássia Maria (orgs). Familismo direitos e cidadania: condições da política social. Cortez Editora. 1 ed. São Paulo. 2015.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 17(2): 109-122, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em: 20 fev 2017

CARVALHO, Isabela Mainieri Soares Correa de. A acolhida do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), uma breve análise comparativa. 2016. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB). Brasília – DF, 2016. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/13086/1/2016\\_IsabelaMainieriSoaresCorreadeCarvalho.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/13086/1/2016_IsabelaMainieriSoaresCorreadeCarvalho.pdf)>. Acesso em: 15 abr 2017

CASTEL, Robert. A proteção próxima (cap I). In: As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário/ tradução de Iraci D. Poeti. Petropolis, Rj : Vozes, 1998.

CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz. DURIGUETTO, Maria Lucia (orgs.) Movimentos Sociais e Serviço Social: Uma relação necessária. São Paulo. Cortez Editora. 2014

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do/da Assistente Social. Brasília. 1993.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. Revista Em Pauta. V. 9, N 28. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2935/2099>>. Acesso em: 20 jan 2017

FEITOSA, Cleyton. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT. UFBA. Revista Periodicus. Salvador. N 5, V I.

2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17193>. Acesso em: 10 jan 2017

FIGUEIREDO, Gabriel Henrique. Conheça o Mães pela diversidade: coletivo nacional de mães e pais de LGBTs. Disponível em: <https://sexusufs.wordpress.com/2016/03/31/conheca-o-maes-pela-diversidade-coletivo-nacional-de-maes-e-pais-de-lgbts/>. Acesso em: 10 mai 2017

GOMES, Ana Maria. REIS, Aparecido Francisco dos. KURASHIGE, Keith Diego. A violência e o preconceito: as formas de agressão contra a população LGBT em Mato Grosso do Sul. Caderno Espaço Feminino. V 26, n 2. Uberlândia. 2013

GOMES, Magno Federici. FREITAS, Frederico Freitas. Direitos Fundamentais e Dignidade Humana. Revista Âmbito Jurídico. 2010. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8404](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8404). Acesso em: 15 mai 2017

GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório anual de assassinatos de homossexuais no Brasil. 2014. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.

HELLER, Agnes. Sobre os preconceitos. In: **O cotidiano e a história. 6a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra**, p. 43-65, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=798>. Acesso em: 26 set. 2016.

IKEMOTO, Luisa. Correio Braziliense. Transexuais e travestis sofrem preconceito dentro de casa. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-e-travestis-sofrem-violencia-dentro-de-casa>. Acesso em: 03 jun 2017

JESUS, Beto. RAMIRES, Lula. UNBEHAUM, Sandra. CAVASIN, Sylva. Diversidade Sexual na Escola Uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Editora Corsá. São Paulo. 2008. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/Diversidade-Sexual-na-Escola-uma-metodologia-de-trabalho-CORSA-e-ECOS-2008-1.pdf>. Acesso em: 20 mai 2017

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Sertão. UFG. 2012. Disponível em: [https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 20 abr 2017

KOLLONTAI, Alexandra. El Comunismo y la familia. Revista ASPARKÍA, 20. p. 215-227. Universitat Jaume I. Espanha. 2009.

LONARDONI, Eliana. GIMENES, Junia Garcia. SANTOS, Maria Lucia dos. NOZABIELLI, Sônia Regina. O processo de afirmação da assistência social como política social. *Revista Serviço Social em Revista*, v. 8, n. 2, jan-jun. 2006. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm). Acesso em: 06 set. 2016.

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas. VITALE, Maria Amalia Faller. *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. Cortez Editora. 6 ed. 2014.

MARQUES, Luciana. A Matricialidade Sociofamiliar do SUAS: diálogo entre possibilidades e limites. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina. 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2\\_Luciana%20Marques.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf)>. Acesso em: 05 mai 2017.

MIOTO, C. R. T. Família e serviço social: contribuições para o debate. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 55, p. 114-130, 1997.

\_\_\_\_\_. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Cadernos capacitação em serviço social e política social*. Brasília: UnB, CEAD, 2000. mod. 4.

\_\_\_\_\_. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, M. J. O.; ALENCAR, M. M.T. (Org.). *Famílias e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

MELLO, L. IRINEU, Bruna. FROEMMING, Cecília. RIBEIRO, Vinícius. Políticas Públicas de Trabalho, Assistência Social e Previdência Social para a população LGBT no Brasil: Sobre 31 desejos, Realizações e Impasses. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n.1, p. 132-160, jan./jun. 2013.

MELLO, Luiz. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a10v14n2.pdf>>. Acesso em: 06 set 2016.

MELLO, Luiz. MAROJA, Daniela. AVELAR, Rezende Bruno. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *SER-TÃO*. UFG. 2009. Disponível em: < <https://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/interna.php?id=2&tp=121>>. Acesso em: 20 jan 2017

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001

MEYER, Ilan H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, Vol 129(5), Sep, 674-697. 2003. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>>. Acesso em: 14 maio 2017.

MISKOLCI, Richard. Machos e Machos e Brothers Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas criadas on-line. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril. 2013. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100016/24652>>. Acesso em: 10 fev 2017.

NARDI, Henrique Caetano. MACHADO, Paula Sandrine. SILVEIRA, Raquel da Silva (orgs.). Apresentação. In: *Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?* Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015. Disponível em <[http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Diversidade\\_Sexual\\_\\_Relacoes\\_de\\_Genero\\_Politicas\\_Publicas\\_e\\_Laicidade.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Diversidade_Sexual__Relacoes_de_Genero_Politicas_Publicas_e_Laicidade.pdf)>. Acesso em: 19 mai 2017

NEVES, J. L. *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades*. Cad. Pes. Adm. Vol. 1, Num. 3. FEA-USP. São Paulo. 1996

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. AQUINO, Tathiane Araújo. CABRAL, Euclides Afonso. Dossiê: A geografia dos corpos das pessoas trans. Rede Trans Brasil. Disponível em: < [http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil\\_dossier\\_1.pdf](http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier_1.pdf)>. Acesso em: 18 mai 2017

OIT. Organização Internacional do Trabalho. CONVENÇÃO N 111. Genebra. 1958. Disponível em < <http://www.oitbrasil.org.br/node/472>>. Acesso em: 12 fev 2017.

OTONI, Isadora. Quando o preconceito vem de dentro de casa. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2014/04/11/quando-o-preconceito-vem-de-dentro-de-casa/> Acesso em: 14 mai 2017.

PANINI, Bruno Henrique de Souza. VICENTE, Arielle. LLEDO, Carina Mendes. MARIANO, Fernanda. GOMES, Luís Ferreira Teixeira. A busca por representação LGBT na mídia e a alternativa da regionalização de conteúdo para a visibilidade de entidades. *Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação*, v. 01, n. 01, p. 94-106, out./dez. 2016. Disponível em: < <http://www.ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/view/2419>>. Acesso em: 20 abr 2017

PELUCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Revista Saúde Soc.* São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29772/31653>>. Acesso em: 14 maio 2017

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: entre a militância e consumo*. Publifolha. 2011

PERUCCHI, Juliana. BRANDÃO, Brune Coelho. VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Revista Estudos de Psicologia*. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2014. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2014000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000100009)>. Acesso em: 15 dez 2016

POCAHY, Fernando. (Micro)políticas queer: dissidências em pesquisa. *Revista Textura*, v. 18 n.38, set./dez.2016. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2200>>. Acesso em: 08 dez 2016

PORTAL BRASIL. Disque 100 é mecanismo de proteção dos direitos humanos. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/06/disque-100-e-mecanismo-de-protecao-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 30 mai 2017

REVISTA FÓRUM. Temer perdoa dívida de mais de R\$ 20 bilhões de sonegação do Itaú. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2017/04/16/temer-perdoa-divida-de-mais-de-r20-bilhoes-de-sonegacao-do-itaui/>. Acesso: 20 mai 2017

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. Assistência Social: pra que e pra quem? Uma análise acerca do atendimento as populações LGBT no âmbito do CREAS, do município de João Pessoa-PB. Dissertação de mestrado. UFRN. 2014. Disponível em: < [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19714/1/JessykaKalineAugustoRibeiro\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/19714/1/JessykaKalineAugustoRibeiro_DISSERT.pdf)> . Acesso em: 04 set 2016.

Rogers, Wendy; Ballantyne, Angela. **Populações especiais: vulnerabilidade e proteção**, 2008, p. 32. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17572/2/4.pdf>>. Acesso em: 02 jun 2017

SEFFNER, Fernando. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: COLLING, Leandro (org) Stonewall 40 + o que no Brasil?. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040\\_cult9\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)>. Acesso em: 10 set 2017

SOARES, R. P. A concepção de Família da Política de Assistência Social –Desafios à Atenção às Famílias Homoparentais. Dissertação (Mestrado em Política Social)-Programa de Pós Graduação em Política Social/UNB, Brasília (DF), 2012.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. Revista Bagoas, 5, 67-78. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312/1745>> Acesso em: 04 jan 2017.

TEIXEIRA, Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Revista Política Públicas, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4769/2787>>. Acesso em 16 abr 2017

TEIXEIRA, Maria Solange. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. Serviço Social em revista, Londrina, v.13, n.1, p. 04- 23, jul./dez/2010. Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/8425/9096>>. Acesso em: 15 abr 2017



TGEU. Transgender Europe. Transgender Europe's Trans Murder Monitoring project reveals 226 killings of trans people in the last 12 months. Alemanha - Berlim. Disponível em: <http://tgeu.org/transgender-europe-tdor-press-release-october-30-2014/>. Acesso em: 06 mai 2017.

TOLEDO, Livia Gonçalves. FILHO, Fernando Silva Teixeira. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro. 2013 Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672013000300005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672013000300005)>. Acesso em: 20 set 2016

UZIEL, Ana Paula, MELLO, Luiz, GROSSI, MIRIAM PILAR. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a08v14n2.pdf>>. Acesso em 05 set 2016.

VARGAS, Emilian. Os discursos de Vargas e as políticas sociais de 1930 a 1940. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) –Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis (SC), 2007.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 123-147, jul./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832006000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200006)>. Acesso em: 18 set 2016.

ZOLA, Marlene Bueno. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso. CAMPOS, Marta Silva. CARLOTO, Cássia Maria (orgs). Familismo direitos e cidadania: condições da política social. Cortez Editora. 1 ed. São Paulo. 2015.

## Anexos

### Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido a/o Senhora/Senhor a participar do estudo denominado “A Política de Assistência Social e as demandas LGBT: um debate sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos”, cujo objetivo geral é analisar como a oferta do PAEFI atende as demandas das famílias e indivíduos LGBT.

Esse estudo está sendo realizado para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social a ser apresentado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília, pelo discente João Pedro Pereira de Queiroz, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Camila Potyara Pereira.

A sua participação no referido estudo será por meio de entrevista semi-estruturada, no sentido de informar como está sendo a inserção da família LGBT no PAEFI, se o trabalho realizado com essas famílias e indivíduos aborda a temática da LGBTfobia, e como é a oferta de serviços dentro do PAEFI para essas pessoas, atingindo dessa maneira o objetivo do estudo. Essa pesquisa poderá ser publicada no site do banco de dados de monografias da Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB.

A entrevista poderá ser gravada com gravador de voz. A possibilidade será definida em conversa com a/o participante e será sinalizado por meio da marcação da proposição acima da assinatura do/da participante. Em caso negativo de gravação, o pesquisador realizará a anotação dos dados presentes na fala da/do participante em um caderno e será registrado a caneta.

A/O participante declara que foi alertada (o) de que, da pesquisa a se realizar, não receberá qualquer tipo de benefícios, inclusive em dinheiro.

A/O participante declara que recebeu, por outro lado, os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente

RÚBRICA DO SUJEITO DE PESQUISA

RÚBRICA DO PESQUISADOR

serão obtidos após a sua realização. Assim, a pesquisa ao falar sobre família LGBT, está falando sobre identidades de gênero e orientações sexuais que são estigmatizadas pela sociedade, se a (o) participante se sentir desconfortável no decorrer da entrevista, poderá encerra-la.

A/O participante declara estar ciente de que a sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar, será mantido em sigilo, não sendo vinculado a resposta dada na entrevista.

A/O Participante declara que também foi informado de que pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo.

O pesquisador envolvido com essa monografia é o discente de graduação em Serviço Social João Pedro Pereira de Queiroz, matrícula número xxxxxxxx, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Camila Potyara Pereira. A/O participante poderá manter contato pelo email disponibilizado e pelo telefone (61) xxxxxxxx , ou pelo e-mail [disponibilizado](#) e pelo telefone (61) xxxxxxxx.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que o participante queira saber antes, durante e depois de sua participação.

Enfim, a/o participante declara ter sido orientada/o quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesta seu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação.

( ) Declaro estar de acordo com a gravação em voz da entrevista.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do pesquisador responsável

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

RÚBRICA DO SUJEITO DE PESQUISA

RÚBRICA DO PESQUISADOR

## Anexo 2 – Roteiro de Entrevista

### Perguntas sobre o CREAS

- 1) Como surgiu o CREAS da diversidade?
- 2) Quem são os usuários do CREAS da diversidade?
- 3) Esse CREAS abrange todo o DF, como é esse movimento?
- 4) Todas as pessoas LGBT que chegam na política de assistência social são atendidas pelo CREAS da Diversidade?
- 5) Por que a proteção básica não atende as especificidades das LGBT? (Comentar PAIF)
- 6) Li em pesquisas que o CREAS da Diversidade funciona como um CRAS e um CREAS para a população LGBT. Isso é verdade? Por que?
- 7) Faz parte do trabalho do CREAS a capacitação profissional técnica continuada da equipe das unidades de PSB e PSE, como tem sido realizado esse trabalho? Tem adesão por parte dos trabalhadores?
- 8) Como a pessoa LGBT chega no Creas?
- 9) O CREAS da diversidade tem atividades específicas para os usuários dele? Quais são as do público LGBT?
- 10) Como é trabalhar com pessoas que se encontram vulneráveis socialmente por conta de preconceitos existentes até mesmo no governo?

### Perguntas sobre o PAEFI

- 1) Por que as pessoas e famílias LGBT estão no PAEFI?
- 2) Quantas pessoas LGBT estão no PAEFI? E quantas famílias LGBT?
- 3) Qual o objetivo do PAEFI com pessoas e famílias LGBT?
- 4) Como o PAEFI atende as pessoas e famílias LGBT?
- 5) O PAEFI consegue suprir as demandas dessa população?
- 6) Quais são as atividades exercidas pelo PAEFI com famílias e pessoas LGBT?
- 7) A LGBTfobia é tratada no PAEFI? Como esse serviço trabalha sobre o preconceito com essas pessoas?
- 8) Como o PAEFI atua quando o preconceito está dentro da própria família?
- 9) Como o PAEFI atua para promover os direitos da pessoa LGBT que está dentro de uma família tradicional?